



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2012

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
1. VISÃO E ESTRATÉGIA.....	7
2. APRESENTAÇÃO E PERFIL ORGANIZACIONAL.....	11
2.1. ORGANIZAÇÃO	12
2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	12
2.3. COMPETÊNCIAS E SERVIÇOS PRESTADOS	13
2.4. ÁREA DE JURISDIÇÃO	15
2.5. ESTRUTURA OPERACIONAL.....	16
2.5.1. <i>Hinterland e proximidade de regiões espanholas</i>	16
2.5.2. <i>Foreland</i>	17
2.5.3. <i>Zonas Portuárias</i>	18
2.5.4. <i>Acesso Terrestre</i>	20
2.5.5. <i>Acesso Marítimo</i>	21
2.6. LOCALIZAÇÃO	21
2.7. DIMENSÃO.....	22
3. PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO	23
3.1. PERFIL DO RELATÓRIO.....	24
3.2. ÂMBITO DO RELATÓRIO.....	24
4. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO.....	25
4.1. GOVERNAÇÃO	26
4.1.1. <i>Estrutura de Governança</i>	26
4.1.2. <i>Envolvimento das partes interessadas</i>	29
4.1.2.1. Clientes.....	29
4.1.2.2. Empresas Fornecedoras	31
4.1.2.3. Concessionários	31
4.1.2.4. Administração Central e Local.....	31
4.1.2.5. Comunidades Locais	32
4.1.2.6. Instituições Académicas.....	32
4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária	32
4.1.2.8. Colaboradores/as	33
4.1.2.9. Mapa da Estratégia da Qualidade.....	33
5. ABORDAGEM DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO	35
5.1. INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICOS	36

5.1.1. Desempenho Económico - Financeiro	36
5.1.2. Análise ao Investimento.....	38
5.1.3. Análise de tráfego e mercado	40
5.2. INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL.....	41
5.2.1. Gestão Ambiental	41
5.3. INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL	51
5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	51
5.3.1.1. Emprego	51
5.3.1.1.1. Evolução do Efetivo	51
5.3.1.1.2. Escalões Etários.....	51
5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração.....	52
5.3.1.2.1. Regime laboral	52
5.3.1.2. Segurança e Saúde no Trabalho	53
5.3.1.2.1. Acidentes de Trabalho	53
5.3.1.2.2. Taxa de Absentismo	55
5.3.1.2.3. Formação e Educação.....	56
5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades	58
5.3.2.1. Por categoria funcional	58
5.3.2.2. Por faixa etária.....	58
5.3.3. Direitos Humanos.....	58
5.3.3.1. Não - Discriminação	58
5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação coletiva	59
5.3.3.3. Trabalho Infantil	59
5.4. SEGURANÇA.....	59
5.4.1. Plano de Emergência Interno (Safety)	59
5.4.2. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code	60
5.4.3. Controlo do Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro	60
5.4.4. Segurança e Higiene no Trabalho.....	60
6. ÍNDICE DO SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	61
7. GLOSSÁRIO E CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	71
7.1. GLOSSÁRIO.....	72
7.2. CRITÉRIOS DE CÁLCULO.....	73
7.2.1. Indicadores Económicos	73
7.2.3. Indicadores Sociais	74

Mensagem do Conselho de Administração

O respeito pelos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável norteia hoje todas as políticas, projetos e ações empreendidas pela APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.).

É pois com imensa satisfação que a APA, S.A. apresenta o Relatório de Sustentabilidade, referente ao ano de 2012, prossequindo, desta forma, à divulgação dos compromissos assumidos e iniciativas desenvolvidas no âmbito das responsabilidades económicas, sociais e ambientais a que uma gestão equilibrada obriga.

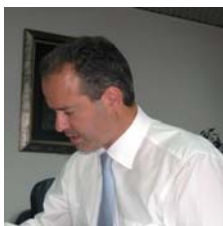
Com as iniciativas e os projetos desenvolvidos por esta administração portuária em 2012 pretendeu-se atingir três objetivos: gerar benefícios económicos para os/as clientes, acionistas e região; assegurar o equilíbrio ambiental na zona estuarina e costeira onde o porto de Aveiro se insere, e o desenvolvimento social de colaboradores/as da comunidade local.

O presente relatório pretende transmitir os princípios e compromissos adotados pela empresa em termos de sustentabilidade do desenvolvimento do seu negócio, o modo de assegurar a sua concretização e, ainda, a medição do seu grau de cumprimento.

Para a concretização deste objetivo importa dar a conhecer a visão e estratégia da empresa (capítulo 1); apresentar o seu perfil organizacional (capítulo 2); expor os parâmetros do relatório (capítulo 3); mostrar a estrutura de governação e o envolvimento das partes interessadas (capítulo 4); dar a conhecer e equacionar os principais impactes, riscos e oportunidades da atividade, seja no domínio económico-financeiro, como nos domínios ambiental, social e de segurança (capítulo 5).

Como Nota Final, o Conselho de Administração da APA, S.A. agradece a todos/as os/as colaboradores/as da empresa, à comunidade portuária e aos/às clientes, o seu constante empenho, ao longo de 2012.

O Conselho de Administração



José Luís de Azevedo Cacho
(Presidente)



Rui António Monteiro Gomes de Paiva
(Vogal)



Luís Manuel Dionísio Marques
(Vogal)

1. Visão e Estratégia

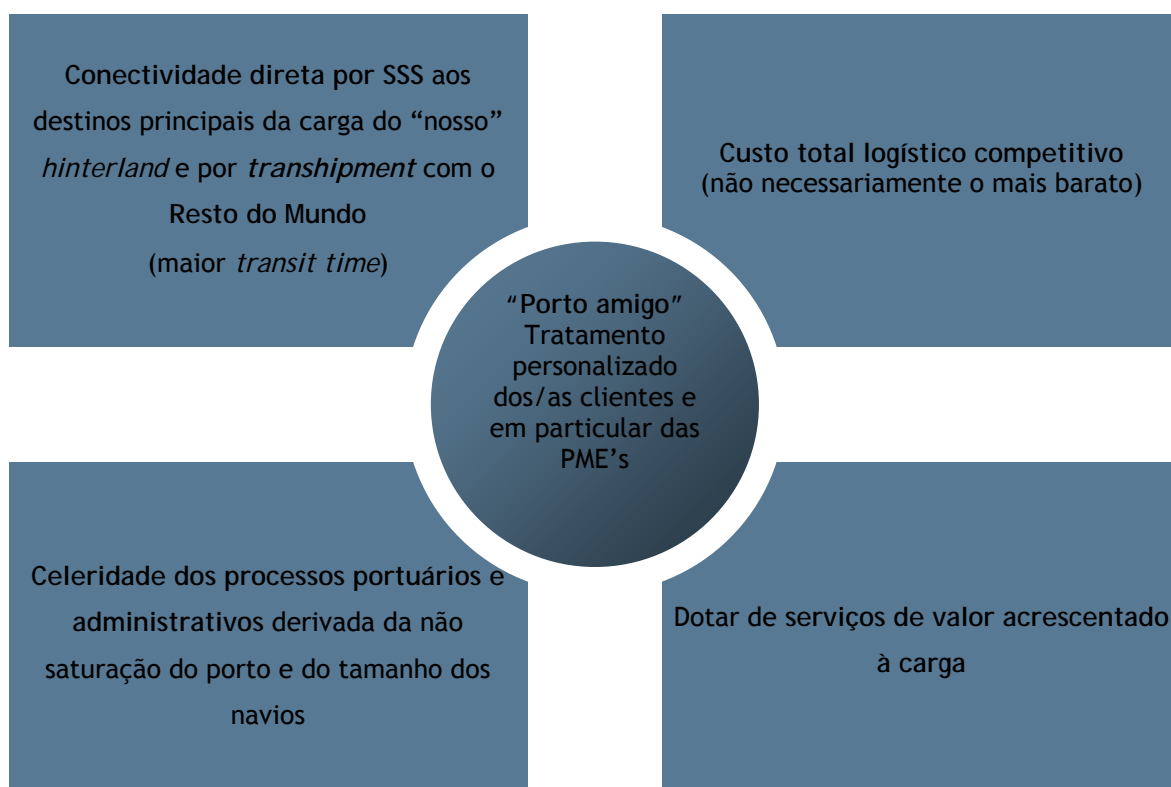
O porto de Aveiro tem como missão *“facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim o desenvolvimento económico da sua região.”*

Tendo em conta a fase de transição que caracteriza atualmente o porto de Aveiro e o imperativo prioritário de aproveitamento e potenciação das suas novas valências infraestruturais no contexto dos mercados nacional, ibérico e internacional, a Visão do porto no horizonte 2015 foi definida fundamentalmente com base nas características endógenas do porto de Aveiro, por forma a valorizar e explorar os seus pontos fortes e a eliminar, ou minimizar, os seus pontos fracos.

O Plano Estratégico do porto de Aveiro define para 2015 a seguinte Visão:

“O porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo polo de desenvolvimento logístico e industrial”.

A proposta de Valor definida tem como foco posicionar o porto de Aveiro como um “Porto Amigo”: mantendo os custos logísticos a níveis competitivos, oferecendo uma conectividade direta por *Short Sea Shipping (SSS)* e *transhipment*, possuindo processos administrativos e operativos altamente eficientes, amplas zonas para acrescentar valor à carga e, sobretudo, oferecendo um tratamento personalizado de grande qualidade.



Para a concretização da Visão e da proposta de valor, a APA, S.A. estabeleceu três linhas estratégicas, a saber:

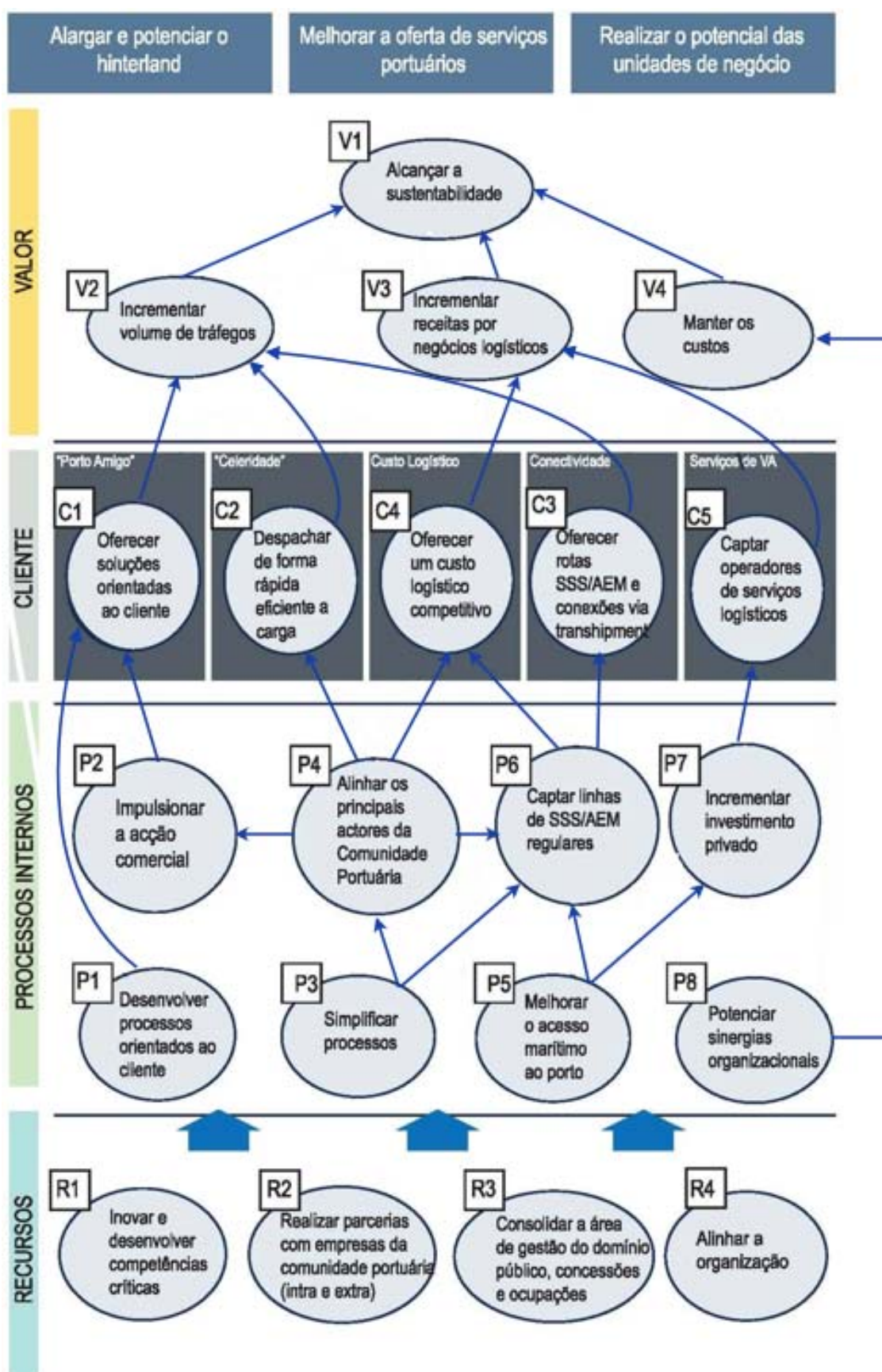
1. Alargamento e Potenciação do *Hinterland*;
2. Melhoria da Oferta dos Serviços Portuários; e
3. Realização do Potencial das Unidades de Negócio.

Com as duas primeiras linhas estratégicas pretende-se potenciar os fatores de competitividade endógena do porto, aproveitando:

- A boa inserção territorial do porto, decorrente do dinamismo económico do *hinterland*, da posição geográfica central do porto nesse mesmo *hinterland*, dos bons acessos terrestres e da ausência da pressão urbanística; e
- A grande capacidade em reserva no que reporta à acostagem de navios, utilização de terraplenos e valorização dos terrenos em reserva para a instalação de atividades logístico-industriais.

Com a terceira linha estratégica pretende-se superar os constrangimentos detetados nos processos de gestão e operação portuária.

No mapa da Estratégia do Grupo, apresentado abaixo, podem ser visualizados os objetivos previstos até 2015.



2. Apresentação e Perfil Organizacional

2.1. Organização

A APA, S.A. é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, que visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento do porto de Aveiro.

Esta Administração Portuária é gerida por um Conselho de Administração, composto por um Presidente e dois Vogais, cujas competências se encontram definidas nos estatutos publicados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro.

2.2. Evolução Histórica

A génese do porto de Aveiro está ligada à história da Ria e à obra de fixação e abertura da Barra de Aveiro. Aveiro presenciou desde meados do século XVIII sucessivas intervenções políticas, económicas e técnicas em prol da abertura da ligação do Mar à Ria de Aveiro. A história conta que desde 1757 foram inúmeros os estudos técnicos para a fixação da sua localização.

A 3 de abril de 1808, cabe aos Engenheiros Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho a conceção do primeiro grande estudo para a abertura da obra da barra. É marcada a abertura da barra de Aveiro, constituindo este o primeiro marco para o desenvolvimento deste porto. Desde então, Aveiro cria a sua identidade, única a nível nacional, prospera com a abertura do porto ao comércio internacional, com um sector de pesca (costeira e longínqua) dos mais importantes ao nível nacional, atraindo indústrias e restituindo crescimento e riqueza à região.

Depois da fixação da barra, até meados do século XX, ampliaram-se molhes e construíram-se diques. É do engenheiro Von Haff a autoria daquele que pode ser considerado um dos primeiros planos para o porto de Aveiro: projeção de um porto de pesca e um porto comercial junto ao Canal de S. Roque, na cidade de Aveiro. Em meados do séc. XX é criada a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro (JARBA) e é orientado pelo engenheiro Coutinho de Lima o “Esquema Geral do Porto Interior de Aveiro” e os planos de arranjo e exploração dos portos de Pesca do Largo (porto bacalhoeiro), do Porto de Pesca Costeira e do Porto Comercial.

Em 1974, o “Plano Diretor de Desenvolvimento e Valorização do Porto e Ria de Aveiro”, já com a JARBA transformada em JAPA (Junta Autónoma do Porto de Aveiro), aponta no sentido duma deslocação dos terminais portuários para zona próxima da entrada da Barra, onde hoje se situa a mais importante estrutura comercial do porto.

O ano de 1998 constitui um novo marco na história do Porto, com a conversão da JAPA em APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., sendo-lhe assim reconhecido o estatuto de porto de âmbito nacional. Com as novas competências que lhe foram atribuídas no desenvolvimento do

porto e a maior autonomia, a Administração do Porto de Aveiro procedeu à revisão do “Plano de Ordenamento e Expansão do Porto de Aveiro”, incluindo a ligação ferroviária do Porto de Aveiro à linha do Norte e a conclusão e melhorias das suas infraestruturas.

Em 2005, já com a área de jurisdição reduzida apenas ao espaço com interesse portuário (diploma de 2002), a Administração elaborou e aprovou o “Plano Estratégico do Porto de Aveiro”, disponível em www.portodeaveiro.pt e que sustentará a gestão e futuro do porto até 2015.

A APA, S.A. é hoje uma empresa empenhada em cumprir a sua missão perante a sociedade e em garantir o futuro sustentável do porto, não deixando de valorizar o seu bicentenário histórico. É neste contexto, que o porto de Aveiro assume como missão *“facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim, o desenvolvimento económico da sua região”*.

De uma forma inovadora e dinâmica, a APA, S.A. assume assim um compromisso público perante a sociedade civil e a comunidade portuária, evocando cinco valores fundamentais de atuação:

- Satisfação do Cliente: Orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos/as clientes;
- Rentabilização económica: Rentabilização do porto, obtenção dos benefícios para os agentes e atores portuários e geração de riqueza para a economia regional;
- Respeito pelo Ambiente: Subordinação da atividade aos valores e condicionalismos ambientais e aos princípios de desenvolvimento sustentável;
- Garantia de segurança: Garantias de segurança e prevenção dos riscos ambientais; e
- Conformidade social e institucional: Observância dos princípios e políticas nacionais e europeias e compromisso com as normas de natureza ética e de responsabilidade social.

2.3. Competências e serviços prestados

Enquanto administração portuária, a APA, S.A. assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

No âmbito das aludidas atribuições, a APA, S.A. tem competências para:

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição,

- execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
 - Fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
 - Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
 - Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e à sua fiscalização;
 - Definir as condições de segurança de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial;
 - Definir o assinalamento marítimo, precedido de parecer técnico em matéria de assinalamento, de hidrografia e das competências da autoridade marítima nacional, a submeter pelos órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima, bem como a instalação, manutenção e funcionamento do mesmo;
 - Preparação e emissão de avisos à navegação, sempre que se mostre necessário dar conhecimento público das limitações de condições de segurança existentes ou da sua eliminação;
 - Elaborar normas especiais sobre o acesso, a entrada, a permanência e a saída de navios do porto, em matéria de segurança marítima e portuária, no respeito do disposto na regra n.º 1, alínea b, do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no mar - 1972, aprovado para ratificação pelo Decreto n.º 55/78, de 27 de junho, e de acordo com o Regulamento de Exploração Portuária;
 - Certificação da Segurança Marítima e Portuária dos navios e embarcações, quando aplicável, sem prejuízo das competências próprias do Instituto Marítimo-Portuário;
 - Promoção da interação dos centros de telecomunicações com a área de segurança portuária, planos de segurança, de contingência e de emergência, designadamente através do centro de controlo de tráfego portuário, quando exista, e da intercomunicabilidade com a entidade responsável pelo Sistema Nacional para a busca e Salvamento Marítimo;
 - Estabelecer as condições de navegabilidade nas águas sob sua jurisdição, garantindo, nomeadamente a manutenção de fundos nas vias navegáveis, nos canais de acesso e zonas de manobra, junto aos cais e terminais, bem como nas áreas de fundeadouros;
 - Definir o uso dos meios e das condições de prestação dos serviços de assistência à manobra de navios;
 - Fixar os fundeadouros ou os seus limites e definir a sua utilização;

- Estabelecer os condicionalismos de atracação e de largada de navios em função das exigências de segurança e dos requisitos de interesse comercial;
- Promover o cumprimento das condicionantes de natureza administrativa ou judicial;
- Fixar as regras de manuseamento, armazenagem e transporte de cargas perigosas e fiscalizar o cumprimento das normas em vigor sobre esta matéria;
- Prevenir e combater a poluição, salvo a matéria relativa a contraordenações;
- Participar nas ações referentes à preservação e à proteção do património subaquático e estabelecer com as entidades competentes as condições de intervenção;
- Promover as diligências necessárias à remoção dos cascos ou destroços das embarcações afundadas ou encalhadas e de outros materiais submersos na sua área de jurisdição.

2.4. Área de jurisdição

A área de jurisdição da APA, S.A. integra:

- A faixa da costa, dentro do limite da largura máxima legal do domínio público marítimo, compreendida entre o paralelo + 108 000 (cerca de 80 metros a sul do Molhe Sul) e 50 metros a norte do Molhe Norte;
- Os terraplenos afetos à exploração e de expansão do porto de Aveiro, que incluem o Terminal Sul, o Terminal Norte, o Terminal de Granéis Líquidos, o Porto de Pesca Costeira e o Porto de Pesca do Largo; o Terminal de Granéis Sólidos e o Terminal RO-RO.
- Os canais de navegação adjacentes aos terraplenos de exploração e expansão (e respetivas margens dentro do Domínio Público Marítimo):
 - No canal de Mira - situados a norte da ponte da Barra;
 - No canal de S. Jacinto - situados a sul do cais da Pedra;
 - No canal de Ílhavo - situados a norte da ponte da EN 109-7;
 - No canal principal de navegação, no concelho de Aveiro - a poente do vértice nascente da marinha Moleira;
 - Na cale do Espinheiro - situados a sul de uma linha que une o vértice sul da marinha Garras e o vértice norte da marinha Cancela do Mar ou Cancela do Sudoeste.



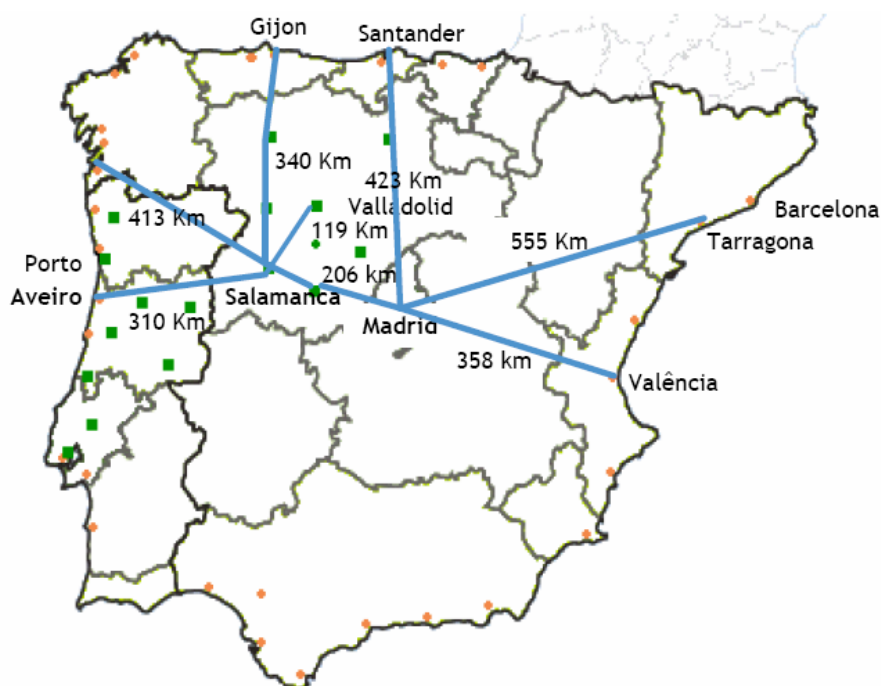
2.5. Estrutura operacional

O porto de Aveiro é considerado a maior infraestrutura de movimentação de carga geral convencional do Norte de Portugal, dado que a partir de Aveiro é possível ligação a múltiplos destinos e mercados.

2.5.1. *Hinterland* e proximidade de regiões espanholas

Concretamente, o porto de Aveiro é a infraestrutura portuária geograficamente mais próxima da cidade de Salamanca (310 km por estrada), possuindo, assim, uma situação privilegiada relativamente a esta cidade, bem como à zona oeste da província espanhola de Castela-Leão, onde concorre diretamente com os portos da costa norte da Península, Gijón e Santander, que estão a uma distância de Salamanca superior a 340 km e 370 km, respetivamente.

Em relação a Madrid, os portos mais próximos são os do Levante valenciano, ficando o porto de Aveiro quase 1,5 vezes mais distante que o de Valência (516 km vs 358 km), o que se traduz numa situação menos privilegiada para a captação de tráfegos destinados a esse mercado.



Com um tráfego anual de cerca de 3 milhões de toneladas, Aveiro é um porto multifuncional, desempenhando um papel primordial no serviço dos diversos setores da indústria do seu atual *hinterland*, tais como a indústria cerâmica, química, vitivinícola, metalúrgica, madeira e derivados, agroalimentar e construção.

2.5.2. Foreland

As mercadorias movimentadas no porto de Aveiro têm origem/destino, na sua quase totalidade, nos países mediterrânicos, do Norte de África e norte da Europa, o que configura o porto de Aveiro como um *short sea port* (porto de curta distância).

O *foreland* do porto de Aveiro inclui todos os países do norte da Europa e África e todos os países do mar Mediterrâneo com exceção do Cáucaso.

Assim, cerca de 60% do tráfego é efetuado com a Holanda, outros Portos Nacionais, Espanha, Argélia, Reino Unido e Itália e, apresentando-se também Cabo Verde, Alemanha, Dinamarca,



França, Bélgica, Turquia e Marrocos com volumes de tráfego significativos.

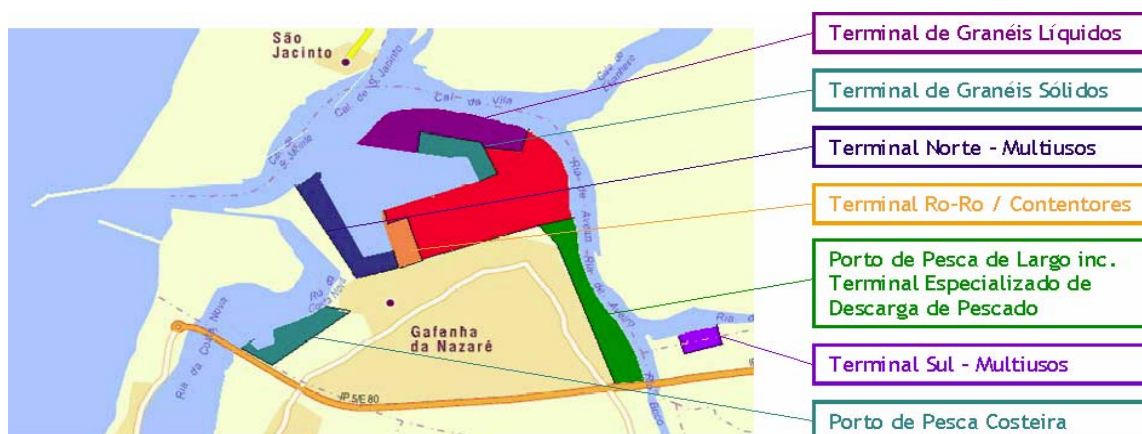
É ainda de registar o volume de tráfego efetuado com outros portos de Portugal e Espanha, muito perto das 700.000 toneladas por ano, e as mais de 235.000 toneladas movimentadas com os países da África Subsariana (Cabo Verde, Guiné Equatorial, Costa do Marfim, República Democrática do Congo e Guiana), o que indicia a existência de mercado potencial para o porto de Aveiro desenvolver o tráfego de média distância.

2.5.3. Zonas Portuárias

Como já referido, o porto de Aveiro encontra-se em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de receção de navios e a melhoria na prestação de serviços aos seus clientes até 2015.

O porto de Aveiro dispõe de:

- 5 Terminais adequados para movimentar todo o tipo de mercadorias;
- 2 Terminais especializados para a pesca;
- Uma das maiores capacidades de acostagem para terminais multiusos dos portos nacionais;
- Uma grande superfície de terraplenos;
- Uma área de 130 ha servida com ótimos acessos terrestres (autoestrada e linha férrea), situada entre o Terminal Ro-Ro e o Terminal de Granéis Sólidos onde se situa a área da ZALI - Zona de Atividades Logísticas e Industriais; e
- Uma plataforma Logística Portuária.



• Terminal Norte - Multiusos

Dispõe de um cais acostável de 900 metros de comprimento e 10 pontos de acostagem, fundos à cota de -12,00 m (Z.H.) e 356.000 m² de terraplenos. A área de armazenagem a coberto é constituída por oito armazéns. Este terminal encontra-se vocacionado para a movimentação de carga geral e granéis sólidos. É atualmente utilizado para a movimentação de cimentos, pasta de papel, perfilados metálicos, aglomerados de madeira e argilas. Dispõe ainda, de um cais de

serviços, com 250 m, destinado a oferecer condições adequadas à organização dos meios logísticos.

- **Terminal de Granéis Líquidos**

Terminal especializado, destina-se exclusivamente ao tráfego de granéis líquidos, é constituído por 6 pontes-cais, 3 dos postos de acostagem com fundos à cota de -12,00 m (Z.H.) e os restantes à cota -7 m (Z.H.). Dispõe de uma área de cerca de 466.000 m². As instalações desta zona portuária encontram-se a ser exploradas por diversas entidades privadas, que se dedicam à movimentação e armazenagem de produtos químicos, derivados de petróleo e produtos vitivinícolas.

- **Terminal de Granéis Sólidos**

Este terminal oferece um total de 750 metros de cais (350 m para granéis não alimentares e 400 m dedicados ao segmento agroalimentar), com fundos à cota de -12,00 m (Z.H.), e dispõe de uma área de 151.000 m² direccionada a clientes dedicados a estes segmentos.

- **Terminal Roll-On / Roll-Off e Contentores**

Este terminal compreende um cais com 450 metros de comprimento, fundos à cota de -12,00 m (Z.H.), 138.000 m² de terraplenos devidamente infraestruturados, com áreas definidas para estacionamento e des(embarque) de mercadorias, oferecendo uma rampa para serviços marítimos Ro-Ro.

- **Terminal Sul - Multiusos**

A exploração comercial da operação neste terminal encontra-se concessionada, em regime de serviço público, à empresa Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.. Dispõe de um cais acostável com 400 metros de comprimento e 4 pontos de acostagem, fundos à cota de -7,00 m (Z.H.) e cerca de 47.000 m² de terraplenos, e movimenta principalmente produtos metalúrgicos, cimento, pasta de papel e produtos agroalimentares.

- **Porto de Pesca do Largo**

Este sector consta de uma regularização marginal na extensão de 1.950 m, à qual estão ligadas 17 pontes-cais com fundos à cota de -7,00 m (Z.H.), e serve fundamentalmente os armadores de pesca do largo e as indústrias de processamento de pescado.

Este sector inclui um **Terminal Especializado de Descarga de Pescado**, com 160 metros de comprimento, totalmente equipado com as infraestruturas necessárias ao funcionamento de uma unidade desta natureza.

- **Porto de Pesca Costeira**

Este sector oferece um conjunto de infraestruturas dedicadas à descarga, armazenagem e comercialização de pescado aos comerciantes locais. A lota e a fábrica de gelo encontram-se concessionadas à empresa Docapesca, Portos e Lotas, S.A..

Situado junto ao porto de Pesca Costeira, encontra-se o **Porto de Abrigo para Pequena Pesca**, com capacidade para 136 embarcações. Possui ainda um edifício de apoio e 72 armazéns de aprestos.

A zona portuária integra ainda áreas ocupadas com estaleiros navais e instalações diversas, licenciadas ou concessionadas a privados, bem como áreas de reserva de terrenos disponíveis para a futura implantação de atividades industriais e logísticas.

- **ZALI - Zona de Atividades Logísticas e Industriais**

O porto de Aveiro conta com uma área de 84 ha servida com ótimos acessos terrestres (autoestrada e linha férrea), situada entre o Terminal Ro-Ro e o Terminal de Granéis Sólidos onde se situa a área da ZALI - Zona de Atividades Logísticas e Industriais.

A ZALI será uma plataforma logística portuária intermodal com a missão de facilitar a implantação de empresas operadoras do setor logístico e de empresas para as quais o fator de proximidade com o Porto pressuponha um valor acrescentado à sua cadeia logística. A plataforma dispõe de uma linha de cais de 1.080 metros com fundos à cota -12 m (Z.H.).

- **Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de Cacia**

Inaugurado no dia 20 de Fevereiro de 2009, o Pólo de Cacia da Plataforma Logística Portuária de Aveiro situa-se a cerca de 9 km do Porto e inclui uma ligação direta à Linha do Norte (Porto - Lisboa).

O Pólo de Cacia é caracterizado por uma área total de 98.000 m², 30.000 m² para estacionamento, 33.550 m² de área de expansão e 8 linhas (2 de carga/descarga e 6 de movimentação).

2.5.4. Acesso Terrestre

O porto de Aveiro está servido por um conjunto de acessos rodoviários, com características de autoestrada e acessos ferroviários. Ao nível dos acessos rodoviários, o porto de Aveiro está ligado às principais cidades do país pelas autoestradas A1, A29, A17 e A25, o que lhe permite uma fácil ligação ao seu *hinterland*. Estas autoestradas, que se estendem até ao pórtico de entrada do porto, não estão congestionadas e não



atravessam zonas densamente urbanizadas. Ao nível dos acessos ferroviários, ficou concluída em dezembro de 2009 a ligação ferroviária à linha do Norte, integrando definitivamente o porto de Aveiro na cadeia multimodal nacional e Rede Transeuropeia de Transportes.

2.5.5. Acesso Marítimo

As características da barra de acesso ao porto de Aveiro, nomeadamente a cota de profundidade, a largura do canal de entrada e as condições de navegabilidade impostas pelas marés, limitam o gabarito máximo dos navios a cerca de 9 metros de calado e 150 metros de comprimento resultado da dragagem de estabilização da barra de acesso marítimo ao porto à cota - 12,5 m (Z. H.) no âmbito do projeto de “Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar”. De referir que no final do ano 2011, iniciaram-se os trabalhos de reconfiguração da Barra do porto de Aveiro consubstanciados no prolongamento do molhe norte em 200 m e na estabilização dos fundos à cota de - 13,2 m Z.H.. Esta obra permitirá dotar o porto de melhores condições de segurança na realização de manobras de entrada e saída dos navios, bem como aumentar a possibilidade de entrada de navios até 10 m de calado e comprimento máximo de 200 m.

2.6. Localização

A sede da Administração do Porto de Aveiro situa-se no Forte da Barra, edifício 9, encontrando-se todos os seus principais terminais, com exceção do Terminal Sul (sito no concelho de Aveiro), na cidade da Gafanha da Nazaré, que possui menos de 15.000 habitantes e está integrada no concelho de Ílhavo, o qual tem cerca de 40.000 habitantes. Contrariamente ao que se verifica em outros portos nacionais da faixa atlântica central, o porto de Aveiro não está sujeito a pressões urbanas significativas.

Refira-se que o porto de Aveiro tem a preocupação de salvaguardar os imperativos ambientais associados ao facto de se situar dentro da ria de Aveiro e junto à Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.



2.7. Dimensão

O porto de Aveiro é o quinto maior porto nacional, depois do porto de Sines, Leixões, Lisboa e Setúbal, pela respetiva ordem de movimentação de mercadorias.

A distribuição da carga movimentada no porto, em 2012, foi de 39,24% para os Granéis Líquidos, 33,76% para os Granéis Sólidos e 29,65% para a Carga Geral.

Contando com o empenho e dedicação de 108 colaboradores/as, no ano transato a empresa atingiu um volume de negócios de aproximadamente 14.259 mil euros (observando-se um decréscimo em relação a 2011 de cerca de 30 mil euros), tendo sido verificado um movimento de mais de 3,3 milhões de toneladas.

Em jeito de conclusão, o porto de Aveiro encontra-se em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de receção de navios e melhorar a prestação de serviços aos seus clientes até 2015, o que lhe permitirá consolidar-se como um centro vital para diversas atividades industriais e comerciais e alargar e potenciar o seu *hinterland*.

3. Parâmetros para o Relatório

3.1. Perfil do Relatório

A APA, S.A. compromete-se a reeditar anualmente uma nova versão deste Relatório para comunicar às partes interessadas o seu desempenho em matéria de sustentabilidade.

Este relatório foi preparado com base nas linhas de orientação da *Global Reporting Initiative* em vigor, (GRI, versão 3.0). Dos indicadores de desempenho apresentados pelo GRI foram selecionados e calculados os que consideramos relevantes para a compreensão da sustentabilidade da empresa. Estes indicadores foram calculados para o ano em análise, bem como, e sempre que possível, para os dois últimos anos anteriores, de modo a permitir a análise comparativa e evolutiva.

Apesar do presente relatório não ter sido verificado por uma entidade externa, os dados económicos foram auditados no âmbito da auditoria ao Relatório e Contas 2012.

No capítulo 6 deste Relatório é apresentada a tabela que identifica a localização do índice GRI.

3.2. Âmbito do Relatório

As informações divulgadas neste relatório dizem respeito à atividade principal da APA, S.A., a atividade portuária.

Este documento estará disponível em www.portodeaveiro.pt, e todas as informações adicionais, comentários ou sugestões podem ser obtidas através do mesmo, na secção de apoio ao cliente.

4. Governança, compromissos e envolvimento

4.1. Governação

4.1.1. Estrutura de Governação

Enquanto sociedade anónima, a APA, S.A. é gerida por um Conselho de Administração composto por um Presidente e dois Vogais, tendo, ainda, como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, cujas competências se encontram definidas pormenorizadamente nos estatutos aprovados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 40/02, de 28 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 46/02, de 2 março, pela Deliberação da Assembleia Geral de 31 de março de 2008 e pela Deliberação Social Unânime por Escrito de 12 de janeiro de 2010.

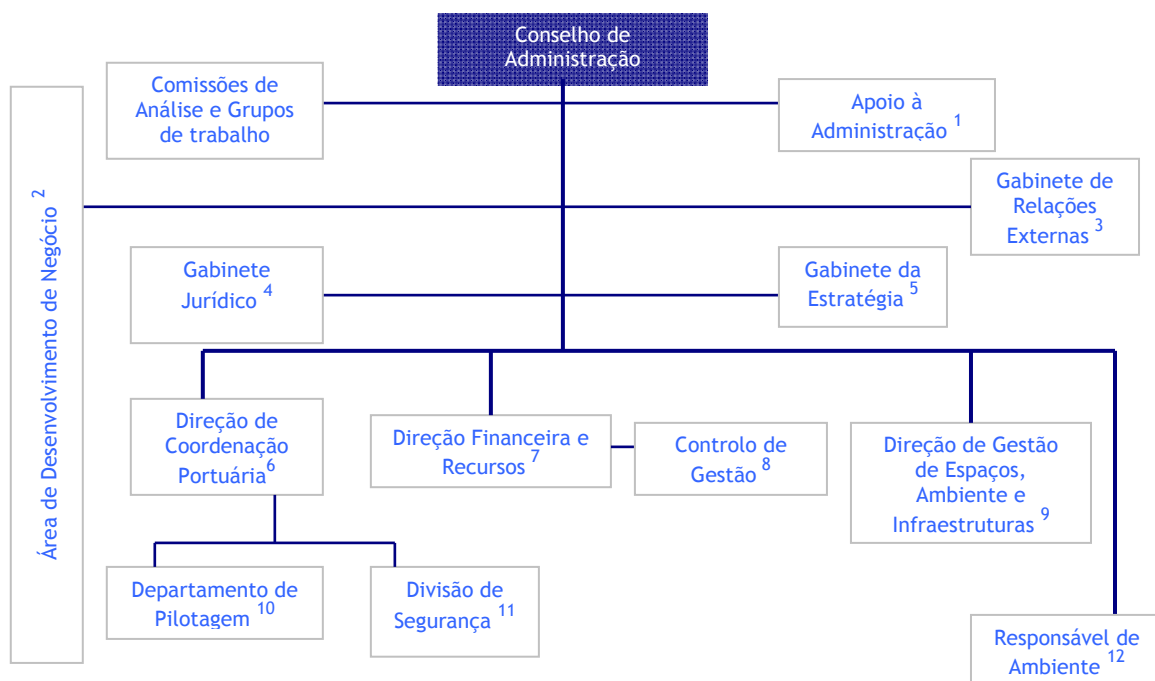
Nos quadros abaixo são apresentados os Órgãos Sociais da APA, S.A. que exerceram funções durante o ano de 2012.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Assembleia Geral (AG) *			
Acionista	Acionista com direito a voto, Estado, representado pela pessoa que for designada em despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ministro responsável pelo Setor Portuário	_____	
Mesa da AG (Presidente)	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	31-03-2008	*
Mesa da AG (Secretário)	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	31-03-2008	*
Conselho de Administração *			
Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho	31-03-2008	*
Vogal (1)	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva	31-03-2008	*
Vogal (2)	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques	31-03-2008	*
Conselho Fiscal *			
Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	31-03-2008	*
Vogal (1)	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	31-03-2008	*
Vogal (2)	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	31-03-2008	*
Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	31-03-2008	*
Revisor Oficial de Contas *			
Efetivo	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. representada por Dr. José Pereira Alves** ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia	12-09-2008	*
Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo		

* O acionista, na Assembleia Geral, realizada a 26 de maio de 2011, não procedeu à eleição de novos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que nesta data e em conformidade com os Estatutos da empresa os Órgãos Sociais encontram-se no exercício das suas funções;

** Substituído, por Deliberação Social Unânime por Escrito, com efeito a 17 de setembro de 2012, pelo Dr. José Miguel Dantas Maio Marques.

Organicamente a APA, S.A. dispõe de 5 órgãos de assessoria e apoio à gestão, encontrando-se hierarquizada em 3 grandes áreas funcionais que agregam um conjunto de setores e serviços destinados a dar cabal cumprimento às atribuições funcionais de cada área de atividade.



1 - Apoio à Administração

Objetivo: Apoiar administrativamente o Conselho de Administração.

2 - Área de Desenvolvimento de Negócio

Objetivo: Coordenar a atividade comercial (captação, desenvolvimento e fidelização de clientes) e o Marketing.

3 - Gabinete de Relações Externas

Objetivo: Representar o porto de Aveiro em organismos envolvidos na atividade portuária, afirmando o seu posicionamento no âmbito nacional e internacional.

4 - Gabinete Jurídico

Objetivo: Assegurar a prestação do apoio jurídico à APA, S.A., bem como organizar e gerir todos os processos de contencioso.

5 - Gabinete da Estratégia

Objetivo: Assessorar o Conselho de Administração na definição das grandes linhas estratégicas, através da análise dos elementos macroeconómicos, das potencialidades/oportunidades de desenvolvimento e das respetivas necessidades, com vista à organização e planeamento da atividade portuária.

⁶ - Direção de Coordenação Portuária

Objetivo: Assegurar a gestão global da atividade portuária, procedendo à execução das operações portuárias e garantindo a manutenção dos equipamentos instalados.

⁷ - Direção Financeira e Recursos

Objetivo: Assegurar o planeamento, organização e controlo de toda a atividade operacional das áreas de Contabilidade, Financeira, Orçamental, Patrimonial, Informática, Recursos Humanos e Compras.

⁸ - Controlo de Gestão

Objetivo: Coordenar e supervisionar as tarefas ligadas às áreas de auditoria e controlo de gestão; Supervisionar a elaboração de procedimentos e definição de metodologias; definir melhorias a introduzir na gestão e funcionamento de processos; coordenar reuniões com os responsáveis das diversas áreas funcionais.

⁹ - Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas

Objetivo: Coordenar toda a atividade relacionada com obras e projetos (novas construções e manutenção das existentes), bem como gerir o território e os recursos naturais, garantindo a qualidade do ambiente na área de jurisdição da APA, S.A..

¹⁰ - Departamento de Pilotagem

Objetivo: Gerir os meios materiais e humanos afetos, de modo a garantir a prestação eficaz dos serviços (entradas e saídas da barra, navegação nos canais interiores, largadas e atracações) e uma resposta adequada a outras solicitações, internas ou externas.

¹¹ - Divisão de Segurança

Objetivo: Assegurar a definição, fiscalização e cumprimento das normas de segurança a respeitar por todos os serviços, concessionários e outros agentes.

¹² - Responsável de Ambiente

Objetivo: Identificar os impactes ambientais e avaliar a sua significância; elaborar o programa de gestão ambiental; colaborar na elaboração do relatório de suporte à revisão do SGA; definir os objetivos e metas ambientais.

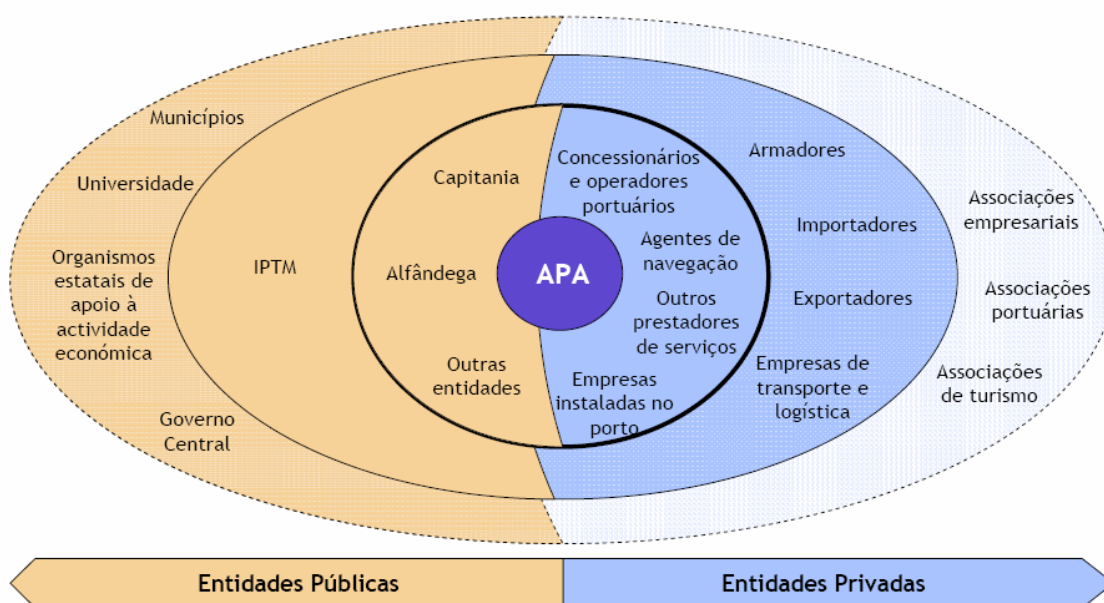
De referir que transversalmente funcionam três comités a saber:

- Comité de Coordenação - integra os elementos do Conselho de Administração e todos os elementos com responsabilidade de liderança de uma direção. Lidera e coordena a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração para as diferentes direções;

- Comité de Negócio - revê todos os temas chave da gestão comercial do porto (clientes, concessões, licenças) e a sua inter-relação com outras áreas da organização e da Comunidade Portuária. Há casos onde a função comercial pode ser potenciada pela intervenção direta do Conselho de Administração ou pela atuação de outras áreas / departamentos. O Comité reúne a visão de diferentes áreas do porto, integrando pontos coincidentes e articulando uma única estratégia comercial;
- Comité Operacional - debate temas de natureza operacional do porto (ex.: segurança marítima e portuária, ambiente, infraestruturas portuárias, obras ...) que em dado momento sejam considerados críticos para o porto. É um fórum para estimular o alinhamento das diferentes direções nas ações a levar a cabo, planeamento, gestão, troca de experiências, partilha de erros e dificuldades surgidas, comunicação, aproveitamento de sinergias e partilha de conhecimentos. Neste contexto, deverá potenciar o envolvimento das diferentes direções do porto a fim das mesmas prestarem o seu contributo para ajudar a ultrapassar e solucionar dificuldades surgidas.

4.1.2. Envolvimento das partes interessadas

As atividades desenvolvidas no porto de Aveiro envolvem um conjunto muito alargado de entidades, públicas e privadas, que se podem representar graficamente como organizadas em círculos concêntricos com um núcleo central onde se encontra, naturalmente, a autoridade portuária.



4.1.2.1. Clientes

A APA, S.A. detém a figura de Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do porto de Aveiro, visando garantir os direitos de quem utiliza o transporte marítimo.

A defesa e promoção dos direitos, as garantias e interesses legítimos dos/as clientes do porto de Aveiro, o dever de informar e esclarecer os/as clientes do porto de Aveiro do âmbito de atuação, a responsabilidade e competências das diversas entidades que intervêm no transporte marítimo ou em atividades complementares a ele diretamente interligadas, são algumas das funções a exercer pelo primeiro titular da provedoria portuária aveirense, que goza de independência no exercício das suas funções.

Os/as clientes do porto de Aveiro passam, assim, a poder apresentar ao Provedor, queixas, reclamações e solicitações referentes a ações e/ou omissões das entidades intervenientes no transporte marítimo e nas atividades complementares.

De acordo com os estatutos do novo cargo, o Provedor dispõe da faculdade de iniciativa própria no exercício da sua atividade, não se limitando este às queixas e reclamações que lhe forem apresentadas.

A APA, S.A. tem vindo a melhorar sustentadamente os seus sistemas de informação, de forma a desburocratizar os procedimentos e processos administrativos e a facilitar o acesso à informação relevante por parte dos/as clientes e operadores.

Atualmente estão implementados os seguintes sistemas principais:

- *Newsletter* Eletrónica, desde 2005;
- Portal na Internet, desde 2009;
- JUP - Janela Única Portuária - garante a simplificação/harmonização de procedimentos com todos os agentes económicos e restantes Autoridades (Marítima, Alfandegária, Sanitária, Veterinária, Fronteiras e Policiais), desde 2009;
- GIAF - sistema de gestão financeira e administrativa, desde 2005;
- SIGPOR - sistema de gestão de tarifas e faturação, desde 2006. Efetua interligação entre GESPOR e GIAF; e
- VTS - *Vessel Traffic System*, sistema de gestão do tráfego portuário e costeiro, operacionalizado em 2009.

Refira-se ainda que está disponível no site da APA, S.A. - www.portodeaveiro.pt - a APA net. Trata-se de uma área dedicada exclusivamente aos/às clientes e parceiros/as de negócio da APA, S.A., que permite a consulta privada aos sistemas de informação interna, nomeadamente a consulta ao sistema financeiro (GIAF), onde pode ser consultada a conta-corrente de cada cliente, através da atribuição de *password*. O website permite ainda o envio de sugestões, reclamações ou dúvidas para a APA, S.A..

4.1.2.2. Empresas Fornecedoras

A APA, S.A. privilegia o relacionamento com empresas fornecedoras e prestadores de serviços que respeitem a legislação em vigor e demonstrem cumprir práticas ambientalmente corretas. Esta empresa tem ainda como preocupação evitar negócios com fornecedores/as de reputação duvidosa.

Nas suas análises comparativas de fornecedores/as, o porto de Aveiro procura incentivar aqueles que demonstrem encontrar-se nos padrões de qualidade e eficiência exigidos de modo a posicionarem-se de forma competitiva, tendo sempre como pressuposto o respeito pelas imposições legais e sociais, o que por vezes leva ao afastamento de propostas com custos mais atrativos.

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a APA, S.A. observa os procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelos Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, e sucessivamente alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, a cujo cumprimento se encontra vinculado *ex vi* do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º, e sem prejuízo do disposto no artigo 12.º, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

4.1.2.3. Concessionários

Na prossecução de uma estratégia de sustentabilidade com objetivos claros e ambiciosos é necessário o envolvimento de todas as entidades e muito particularmente de todas as empresas situadas em área portuária, pois a sua ação é preponderante para o alcance das metas propostas. Desta forma, na realização contratual são incorporadas regras às empresas visadas, de forma a incentivar a melhoria do seu desempenho ambiental e social.

4.1.2.4. Administração Central e Local

O Governo Central, os Municípios e os diversos organismos estatais de apoio à atividade económica, são, dadas as suas funções de suporte e de enquadramento da atividade dos portos, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do porto de Aveiro.

São as entidades da administração central que apoiam financeiramente o setor portuário, legislam e definem as políticas e estratégias para o setor, pelo que há diversas áreas nas quais o apoio das autoridades nacionais e locais é fundamental, com destaque para a melhoria dos acessos ao porto, ordenamento do território, criação de portos secos e melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar.

4.1.2.5. Comunidades Locais

No que diz respeito ao envolvimento da comunidade nos projetos vitais para o porto, são realizadas consultas a entidades externas à APA, S.A., no sentido de colher o seu contributo, considerado essencial para o aprofundamento das opiniões desenvolvidas internamente.

Em paralelo, no que toca ao seu envolvimento com a Comunidade, a APA, S.A. contribui ativamente para o desenvolvimento de iniciativas promovidas por diversas instituições de cariz social e religioso da região (grupos desportivos, bombeiros, paróquia, escolas).

4.1.2.6. Instituições Académicas

A APA, S.A. detém inúmeras parcerias com instituições de ensino, tanto superior como secundário, numa ótica de permanente aproximação entre a cultura académica e empresarial, traduzidas quer no acolhimento de estágios de nível universitário ou secundário, quer no apoio de projetos específicos, apostando num claro envolvimento com o ensino na região.

A filosofia inerente aos estágios desenvolvidos é a de conferir uma formação tão prática quanto possível, orientada para o mercado de trabalho, visando possibilitar ao estagiário um contacto com a realidade da sua área de formação, bem como a aprendizagem de metodologias e técnicas que integrem conhecimentos interdisciplinares, procurando-se assim estabelecer um elo de ligação entre os ensinamentos e a futura atividade profissional.

Formalmente, a APA, S.A. detém protocolo com a Universidade de Aveiro, ISCAA - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, Centro de Seguridad Marítima Integral Jovellanos, ISCIA - Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, APGB - Administração dos Portos da Guiné-Bissau e Escola Nacional de Bombeiros.

De realçar, que a APA, S.A. concedeu no ano de 2012, três estágios curriculares, em média com uma duração de 6 meses, não remunerados, integrados em diferentes áreas da empresa, nomeadamente, no Serviço de Recursos, Qualidade e Informática/Estatística. De destacar que os estagiários beneficiam do direito a transporte e de refeição gratuita na cantina.

4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária

As restantes entidades privadas e públicas com uma intervenção importante nas atividades do porto de Aveiro podem ser classificadas em dois níveis:

- Comunidade intraportuária; e
- Comunidade extraportuária.

Da comunidade intraportuária fazem parte todas as entidades que trabalham diretamente com o

porto, como a Capitania do porto de Aveiro, a Alfândega de Aveiro, os operadores portuários, agentes de navegação, as empresas instaladas no porto e outras.

A comunidade extraportuária é composta por armadores, importadores, exportadores, empresas de transportes, empresas de logística, associações empresariais entre outras, que têm interesses em comum com o porto de Aveiro e que colaboram, participando em parcerias e cooperando na promoção do porto e da região.

4.1.2.8. Colaboradores/as

A APA, S.A. reconhece como fulcral para o sucesso da organização, o bem-estar físico e psíquico dos/as seus/as colaboradores/as, concedendo diferentes benefícios/regalias, nomeadamente ao nível da saúde e da formação.

No âmbito da saúde, realça-se que a APA, S.A. contratualizou, já em 2002, um seguro de saúde em benefício dos/as seus/as colaboradores/as que comparticipa despesas de saúde. Trata-se de um seguro complementar e, como tal, a comparticipação da seguradora incide sobre o remanescente não comparticipado pelo Serviço Nacional de Saúde ou ADSE. Realça-se concomitantemente que os serviços de Medicina do Trabalho detêm um papel bastante atuante e colaborativo no que concerne à prevenção e acompanhamento do estado de saúde dos/as colaboradores/as. Atendendo à sua posição de destaque no mercado local e regional, a APA, S.A. realiza inúmeras parcerias com instituições médicas e de saúde, bem como com estabelecimentos comerciais especializados, conseguindo assim alcançar maiores benefícios dirigidos aos/às seus/as colaboradores/as e extensíveis ao seu agregado familiar.

Por outro lado, uma das apostas mais significativas da APA, S.A., que intervém direta e claramente no desempenho da própria organização, encontra-se direcionada para a formação profissional, pessoal e humana dos/as seus/suas colaboradores/as. A política da APA, S.A., no âmbito da formação profissional, consiste no incentivo à participação e em proporcionar mais e melhores formações direcionadas direta ou indiretamente para a melhoria do desempenho individual e global do/a colaborador/a.

4.1.2.9. Mapa da Estratégia da Qualidade

O Mapa da Estratégia da Qualidade do Grupo, elaborado de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, foi aprovado em 2009, tendo por Visão “Criar uma cultura de qualidade” e como Missão “Garantir a excelência e a qualidade do serviço em todas as atividades desenvolvidas”.

Durante o ano de 2012 foram desenvolvidos os procedimentos para três processos considerados fundamentais para a mudança organizacional associada à adoção plena do modelo de *landlord port*, tendo por valor de atuação a “satisfação do/a cliente”:

- Gestão das Concessões;

Relatório de Sustentabilidade de 2012

- Pilotagem;
- *Front Office*.

O trabalho desenvolvido terá continuidade em 2013, permitindo a melhoria dos processos internos, a monitorização do ambiente de trabalho, a verificação sistemática da satisfação dos/as clientes, colaboradores/as e empresas fornecedoras, e, consequentemente, proporcionando uma maior organização e produtividade facilmente identificável pelo/a cliente.

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Pretende-se com este capítulo efetuar uma abordagem de gestão nas diferentes vertentes que a integram: Económica, Ambiental e Social.

Para estas, foram calculados os indicadores de desempenho, conforme listados no capítulo 6 - Índices do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade tendo-se, como referido anteriormente, optado por recorrer aos Indicadores GRI, referencial multiempresa e multi-setor.

Para a elaboração do presente relatório, optou-se pela inclusão de um número reduzido de indicadores, classificados de essenciais, apresentando, sempre que possível valores para os anos de 2010 a 2012.

Incluímos ainda neste capítulo a Segurança, dado que esta constitui uma importante componente da Gestão, referindo as principais ações desenvolvidas.

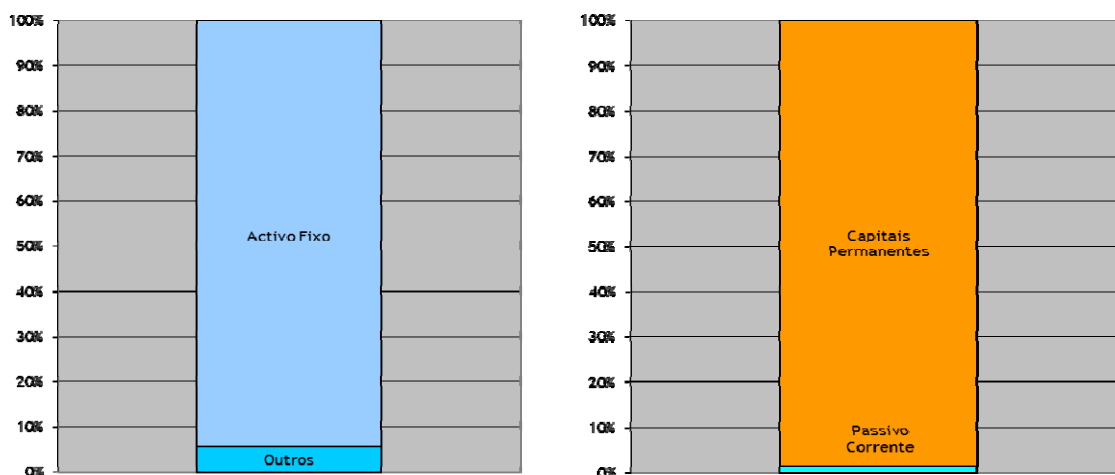
É pois objetivo fornecer às partes interessadas uma imagem fiel da Gestão que tem vindo a ser praticada por esta empresa, ao longo destes três últimos anos, incluindo a informação julgada relevante para as partes interessadas.

5.1. Indicadores de Desempenho Económicos

5.1.1. Desempenho Económico - Financeiro

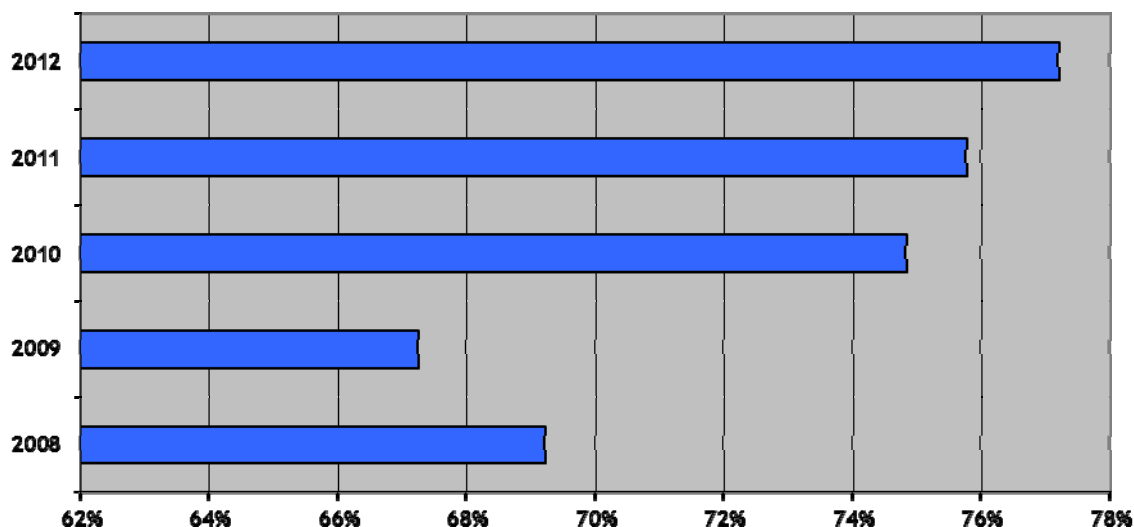
A situação financeira da APA, S.A. caracteriza-se historicamente por um nível elevado de autonomia financeira e um bom equilíbrio do balanço, sendo a cobertura do Ativo Fixo integralmente assegurada por fundos de longo prazo - capitais próprios e financiamento obtidos de longo prazo.

Representação do Balanço 2012



Refira-se ainda que para a melhoria da autonomia financeira da APA, S.A., concorreu o aumento dos Capitais Próprios.

Autonomia financeira



No que respeita à situação económica, a APA, S.A. apresentou em 2012 uma melhoria significativa do Resultado Líquido. Para esta evolução, contribuíram de forma relevante e significativa, face a 2011, os Outros Rendimentos e Ganhos com um aumento de 3.699 mil euros justificado pelo reconhecimento da reversão dos bens da CNE (2.675 mil euros) e da Depuradora Portuguesa de Bivalves (634 mil euros) que transitaram para a APA, S.A..

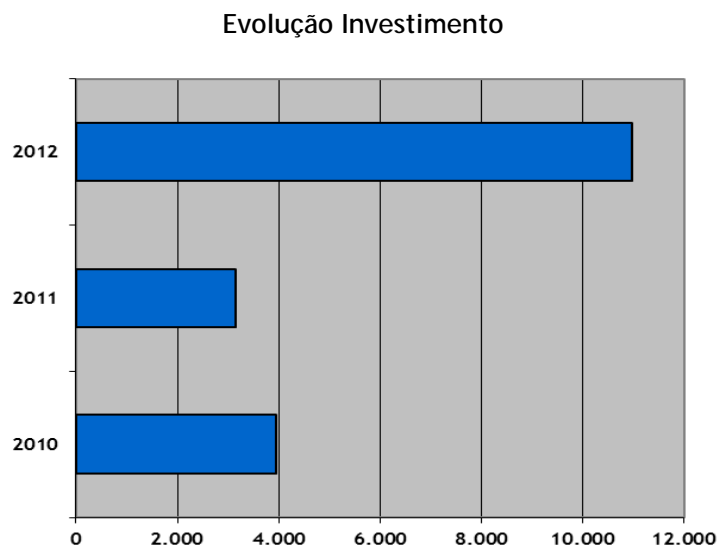
	Valores em euros		
	2010	2011	2012
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	9.683.707	9.170.378	13.320.378
Resultado operacional	1.275.483	749.181	4.331.363
Resultado antes de imposto	972.807	557.275	4.247.045
Imposto	312.571	32.918	439.993
Resultado Líquido do Exercício	660.236	524.358	3.807.052

O aumento Valor Acrescentado Bruto, no ano de 2012, decorre essencialmente do aumento do Resultado Líquido, conforme apresentado no quadro infra.

	Valores em euros		
	2010	2011	2012
VAB	15.800.569	14.136.005	18.488.798
Impostos	154.639	132.139	152.737
Gastos com o Pessoal	5.074.327	4.381.001	4.562.981
Encargos Financeiros	643.941	460.574	253.815
Gastos de Depreciações e de Amortizações	8.408.224	8.421.197	8.989.015
Imparidade de Dívidas a Receber	859.203	216.736	723.198
Resultado Líquido	660.236	524.358	3.807.052

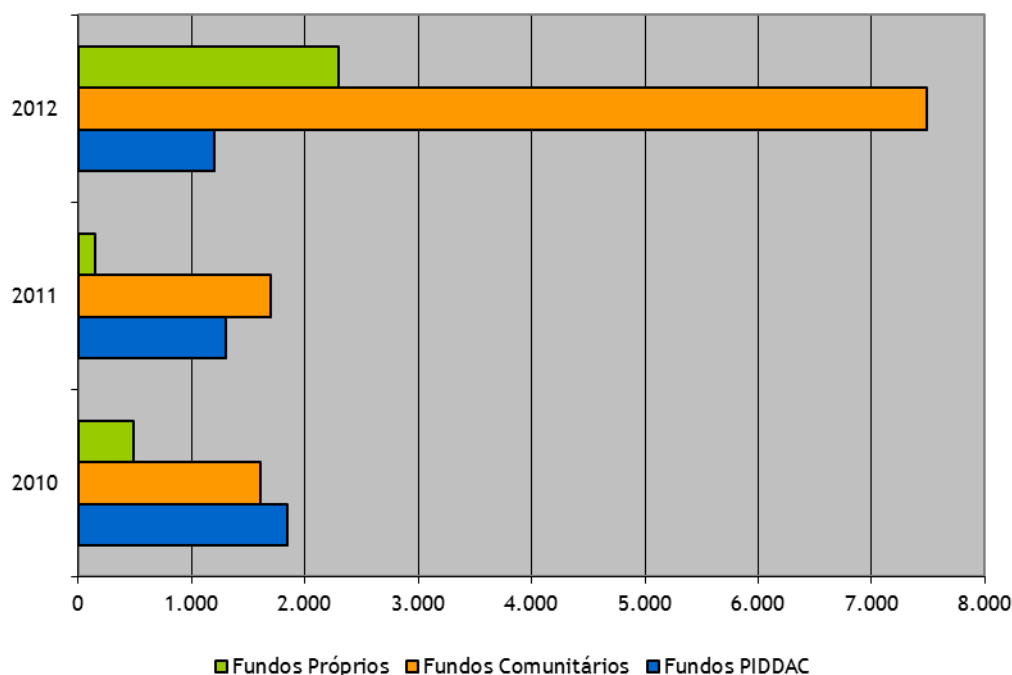
5.1.2. Análise ao Investimento

O montante de investimento executado em 2012 ascendeu a 10.980 mil euros.



No quadro seguinte, é apresentado o custo de investimento realizado nos últimos três anos, por fontes de financiamento.

Evolução Investimento por Fontes de Financiamento



Dos principais projetos de investimento estruturais executados em 2012 e, grosso modo, previstos no Plano Estratégico do Porto de Aveiro para o período 2006-2015, destacam-se os seguintes:

- Reconfiguração da Barra, no montante de 10.936 mil euros. Este projeto teve início em dezembro de 2011, consistindo no prolongamento em 200 metros do molhe norte e na estabilização dos fundos à cota de -13,2m Z.H. do canal externo de acesso dos navios ao porto. Pretende-se com a realização deste investimento aumentar a dimensão dos navios que podem escalar o porto e reforçar as condições de segurança na realização das suas manobras de entrada e saída do porto. Atendendo a que o seu prazo contratual é de 24 meses é expectável que a exploração da nova configuração do acesso ocorra no início de 2014.
- Intermodalidade E-80, no montante de 33 mil euros. Este projeto insere-se na medida “Ações de Aprendizagem Comuns” do Programa Marco Polo II, tendo tido como promotores, para além da APA, S.A., a APDL, S.A. e a ZALDESA. Este teve como principal objetivo, dado o elevado congestionamento registado no corredor E-80, promover o transporte intermodal ferro-marítimo junto dos seus utilizadores enquanto uma solução de transporte competitiva face ao transporte unimodal rodoviário. Para a sua concretização foram realizados um conjunto alargado de *workshops* junto dos vários atores que intervêm na cadeia logística de transporte. Os principais temas objeto de discussão foram a integração do SSS na cadeia de transporte, como fator crítico para a sua maior utilização, o papel dos sistemas de informação e das plataformas logísticas

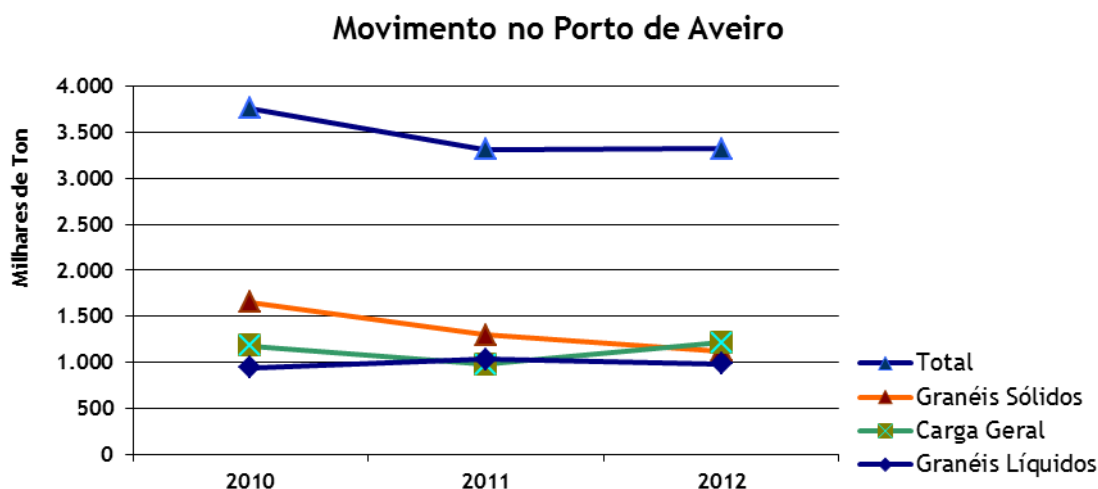
para o aumento da competitividade do transporte intermodal. Este projeto ficou concluído em fevereiro de 2012, com a realização de um seminário de apresentação das principais conclusões dos *workshops* realizados; e

- Logística CENCYL, no montante total 11 mil euros. Este projeto, aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal, tem como objetivo promover o desenvolvimento logístico do corredor E-80, através de um aumento da integração das principais infraestruturas logísticas e de transportes fixadas na região Centro de Portugal e na região de Castela e Leão, representadas pelas entidades parceiras do projeto, e de um reforço da sua notoriedade internacional relativamente a outras infraestruturas de outros corredores. Para a sua concretização destaca-se a realização, juntamente com os parceiros portugueses, do seminário ibérico “Estratégia Logística para a Região Centro e Castela e Leão”, com vista à apresentação dos resultados preliminares do estudo para a elaboração do modelo de desenvolvimento integrado das infraestruturas logísticas do corredor E-80. Neste projeto participam, para além do porto de Aveiro, as Câmaras Municipais da Guarda e da Figueira da Foz (em representação da região Centro) e a Zaldesa (Zona de Atividades Logísticas de Salamanca) e a Associação CYLOG (em representação da região de Castela e Leão).

5.1.3. Análise de tráfego e mercado

Em 2012, o movimento de mercadorias no porto de Aveiro atingiu cerca de 3.319 mil toneladas, mais 0,23%, ou 7 mil toneladas, do que no ano de 2011.

A movimentação de Carga Geral Faccionada aumentou 24,16%, para as 1.215 mil toneladas, os Granéis Sólidos diminuíram 13,78% para 1.120 mil toneladas e os Granéis Líquidos diminuíram 4,82%, para 984 mil toneladas.



5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental

5.2.1. Gestão Ambiental

A APA, S.A. dispõe de um Sistema de Gestão Ambiental, implementado segundo a Norma *NP EN ISO 14001:2004* e integrado no sistema de gestão global da empresa. Este tipo de ferramenta permite melhorar o desempenho ambiental e induzir, a par com outros sistemas, a sistematização de processos na organização.

Em paralelo com a sua determinação em assumir um papel relevante para o progresso da região em que se insere e da vasta comunidade que serve, esta Administração está também empenhada em constituir-se como indutora de práticas que respeitem o princípio do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente.

No seguimento das ações que têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos, a APA, S.A. continua a desenvolver as ações necessárias ao total cumprimento dos requisitos legais e à melhoria do seu desempenho ambiental.

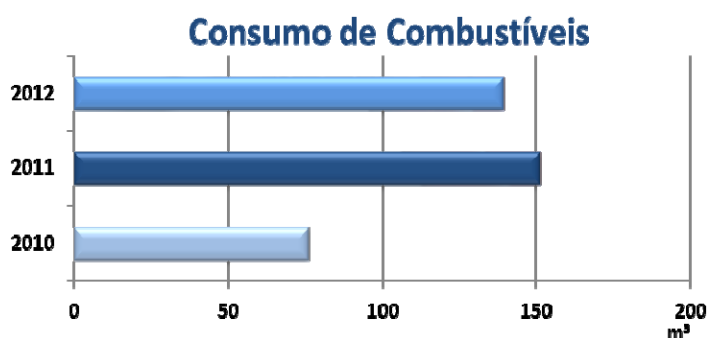
5.2.2. Desempenho Ambiental

5.2.2.1. Energia

O desempenho energético assume cada vez mais uma maior relevância no contexto da sustentabilidade económica e ambiental de uma empresa. A racionalização dos consumos e a substituição de fontes de energia fósseis por energias renováveis permite reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito de estufa.

A APA, S.A. utiliza combustíveis, principalmente gasóleo, para abastecimento da sua frota de veículos e alguns equipamentos portuários. O consumo de gasolina tem reduzida expressão.

	2010	2011	2012
Consumo de Combustíveis	76	151	139



Relatório de Sustentabilidade de 2012

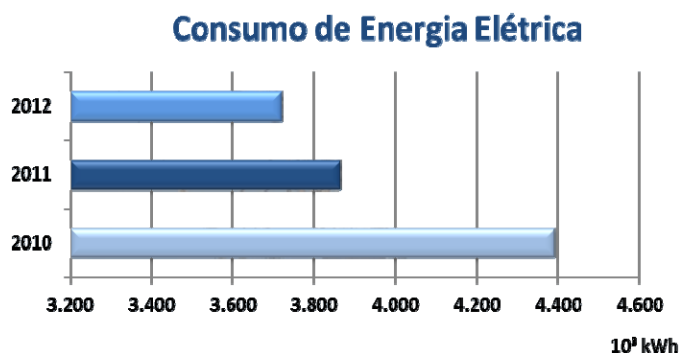
A energia elétrica, em oposição aos combustíveis, tem um importante peso nos consumos energéticos da empresa, constituindo o principal alvo das ações de racionalização de energia promovidas pela APA, S.A..

A energia elétrica é utilizada em equipamentos portuários, iluminação de terraplenos, iluminação das rodovias, funcionamento de instalações administrativas e operacionais. O fornecimento de energia a terceiros pela APA, S.A., em baixa tensão, representou em 2012 cerca de 37% do total de energia elétrica recebida.

Desde 2004, têm sido desenvolvidas múltiplas ações conducentes à redução dos consumos, com particular destaque no domínio da iluminação pública. A poupança de energia em 2009, pela instalação de equipamentos com tecnologia LED para a iluminação parcial da via de cintura portuária com uma redução de 37% do consumo específico, foi secundada em 2010 e 2011 pela auditoria energética e da qualidade do ar interior dos edifícios e pela instalação de equipamentos de regulação do fluxo luminoso para iluminação dos terraplenos. Em 2012, as ações incidiram na melhoria da eficiência energética e qualidade do ar interior dos edifícios administrativos, designadamente, pela substituição de teto falso, pela colocação de isolamento da cobertura e pela continuação de instalação de janela dupla.

O aumento das áreas públicas e dos terraplenos iluminados reflete-se na quantidade total de energia consumida em 2010, tendo a APA, S.A., em 2011 e 2012, efetuado um esforço adicional na racionalização destes consumos.

	10 ³ kWh		
	2010	2011	2012
Consumo de Energia Elétrica	4.392	3.864	3.718



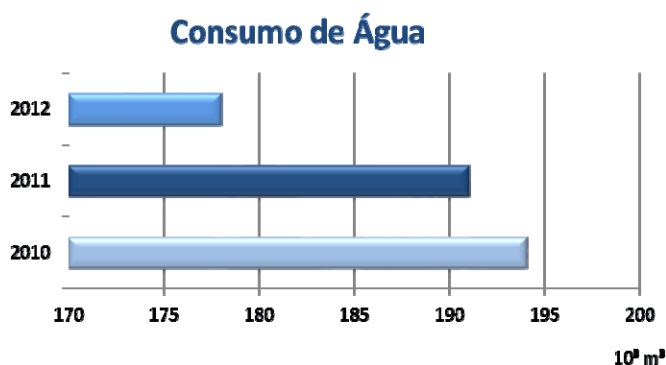
5.2.2.2. Água

A APA, S.A. fornece água para consumo humano ao porto de Aveiro a partir de três sistemas de abastecimento distintos. Estes sistemas estão suportados em quatro furos de captação subterrânea de água com origem no aquífero Cretácico. Este aquífero é considerado uma reserva estratégica de água, a qual suporta parcialmente o abastecimento público e industrial desta região. Em paralelo, a APA, S.A. dispõe ainda de ligações ao sistema público de abastecimento.

Os consumos de água desta Administração, associados à manutenção e limpeza das áreas portuárias, aos serviços administrativos e ainda à rega de jardins, assumem um peso expressivo no volume total captado, com cerca de 45%, sendo o restante fornecido a instalações fixas de terceiros e a navios.

Esta Administração efetua o controlo analítico da água fornecida, bem como da água captada nos furos de que dispõe, disponibilizando a todos os utilizadores, através do seu *website*, os resultados obtidos.

	10 ³ m ³		
	2010	2011	2012
Consumo de Água	194	191	178



5.2.2.3. Biodiversidade

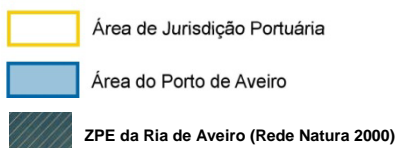
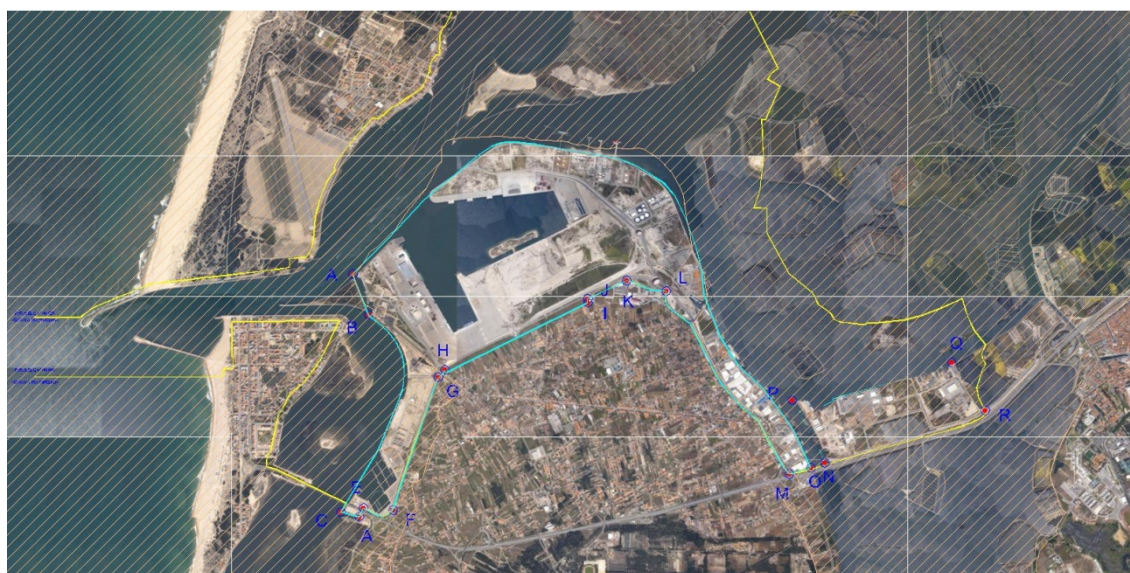
O porto de Aveiro localiza-se no interior de uma unidade territorial singular, designada por Ria de Aveiro. Trata-se de uma zona húmida costeira, com uma área superior a 90 km², em preia-mar, onde se cruzam áreas naturais, que incluem zonas de sapal e águas livres, com áreas urbanas e industriais. A pressão exercida por estas últimas nem sempre é assimilada facilmente pelo ecossistema.

A Ria de Aveiro encontra-se incluída na Reserva Ecológica Nacional, tendo-lhe sido conferida, em 1999, o estatuto de Zona de Proteção Especial (ZPE), ao abrigo da Diretiva das Aves (Diretiva 79/409/CEE), visando a proteção e conservação da avifauna da Ria de Aveiro.

A área de jurisdição da APA, S.A., com cerca de 1.700 hectares, abrange 778 hectares de área molhada e 922 hectares de área terrestre, dos quais 554 hectares constituem a área portuária propriamente dita.

Algumas das áreas acima referidas encontram-se incluídas na ZPE da Ria de Aveiro, nomeadamente, os canais e bacias portuárias e os terminais de pesca. Assim, da área total de jurisdição, 1.277 hectares estão abrangidos pela referida ZPE, mantendo-se como área naturalizada cerca de 1.150 hectares, incluindo a área molhada acima referida.

As restantes zonas do porto, se bem que no exterior da ZPE, não deixam de estar localizadas em área adjacente à mesma, pelo que a sensibilidade do meio envolvente é uma das condicionantes permanentemente considerada nas ações de desenvolvimento e expansão do porto, bem como na regular operação portuária.



No âmbito da preservação ambiental e de minimização de impactes, têm vindo a ser executados nos últimos anos, os Planos de Monitorização e os Estudos associados aos processos de AIA - Avaliação de Impacte Ambiental e às Declarações de Impacte Ambiental das obras executadas pela APA, S.A., nomeadamente, Empreitada de Intervenção na Zona da Barra com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar e, mais recentemente, Empreitada de Reconfiguração da Barra do porto de Aveiro. Os Planos de Monitorização executados abrangem os diferentes domínios ambientais, em função das especificidades de cada obra, em particular, a hidrodinâmica da Ria de Aveiro, a evolução sedimentar e batimétrica da zona costeira, a qualidade dos sedimentos, a qualidade da água, as comunidades bentónicas, a arqueologia subaquática e o ruído.

Volume e Qualidade dos sedimentos dragados

A APA, S.A. executa dragagens regulares de manutenção, de modo a garantir a permanente operacionalidade do porto de Aveiro.

No ano de 2012 foram executadas as dragagens de construção necessárias ao prolongamento do Molhe Norte, no âmbito da empreitada de Reconfiguração da Barra do porto de Aveiro, num total de 169 mil metros cúbicos, os quais foram imersos no mar, a sul do molhe sul, para combate ao fenómeno de erosão costeira.

Estes sedimentos são predominantemente constituídos por areias finas a medidas, de Classe 1, podendo no interior da Ria de Aveiro classificar-se nas Classes 2/3, pelo que não são expectáveis problemas de contaminação assinaláveis.

Dragagens	Unidade	2010	2011	2012
Volume de sedimentos dragados	10 ³ m ³	337	98	208
Sedimentos dragados de Classe 1 a 3 - isentos de contaminação ou com contaminação ligeira	%	100,00	100,00	100,00
Sedimentos dragados de Classes 4 ou 5* - contaminados	%	0	0	0
Sedimentos reintroduzidos no meio recetor	%	74,03	0	81,25

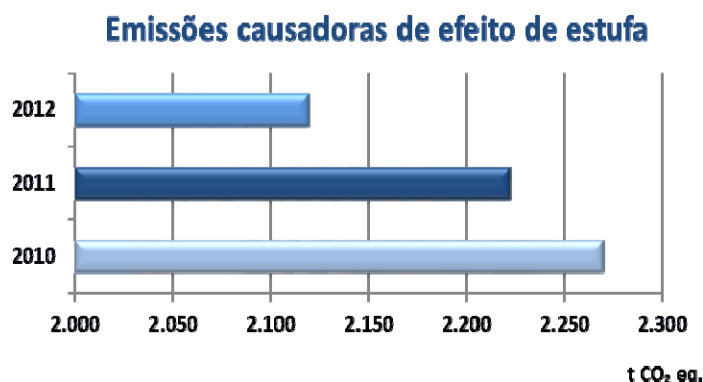
(*) Classes de contaminação definidas na Portaria 1450/2007, de 12 de novembro

5.2.2.4. Emissões atmosféricas

A utilização de combustíveis fósseis é uma das principais causas de emissão para a atmosfera de gases que contribuem para o efeito de estufa e, portanto, para as alterações climáticas. Nos termos do Protocolo de Quioto, Portugal tem vindo a desenvolver ações no sentido de promover as energias renováveis, aumentar a eficiência energética e, conseqüentemente, conter ou reduzir as emissões de CO₂.

Com base no consumo de energia, atrás referido, e como vem sendo prática desta organização, calculou-se a contribuição da APA, S.A. para as emissões nacionais. Nestes cálculos incluem-se os consumos de terceiros e que representam, como já referido, cerca de 37% da energia elétrica consumida.

	tCO ₂ eq.		
	2010	2011	2012
Total de emissões causadoras do efeito de estufa	2.269	2.222	2.119



5.2.2.5. Águas Residuais

A APA, S.A. dispõe de sistemas de tratamento de águas residuais, individuais e coletivos, que garantem a conformidade da descarga no meio recetor. A sua gestão está entregue a prestador de serviços especializado.

No ano de 2012, procedeu-se a ações de limpeza e manutenção geral de coletores de águas residuais.

O tratamento das águas residuais geradas no interior de instalações industriais, áreas de armazenagem, entre outras, é garantido por cada um dos ocupantes/proprietários das instalações, nos termos da legislação em vigor.

5.2.2.6. Resíduos

O Regulamento de Gestão de Resíduos do porto de Aveiro estabelece as principais regras aplicáveis à recolha e encaminhamento de resíduos gerados nas áreas portuárias, incluindo os resíduos provenientes dos navios, da movimentação de mercadorias e da administração de espaços, designadamente, áreas urbanas e de serviços com acesso ao público em geral. Dispõe ainda esta Administração Portuária de um procedimento interno onde se encontram estabelecidas as regras aplicáveis aos resíduos produzidos pela APA, S.A..

Estes documentos constituem-se como elementos fundamentais à necessária informação dos utilizadores/produtores de resíduos, à garantia do total cumprimento legal, à promoção da recolha seletiva e à criação das condições adequadas ao encaminhamento destes resíduos para destino final, tendo em vista a sua valorização sempre que possível.

Pela sua especificidade, a gestão de resíduos de navios é objeto de um Plano de Receção e Gestão de Resíduos, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, e demais legislação em vigor, o qual está permanentemente disponível para consulta pelas partes

interessadas. Este Plano encontra-se aprovado pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Tendo como objetivo a salvaguarda do ambiente marinho e a redução das descargas indevidas no mar de resíduos perigosos ou persistentes, a APA, S.A. promove o acompanhamento direto dos navios e seus representantes, seja através das notificações obrigatórias dos Comandantes dos navios ou seus representantes, seja na recolha e encaminhamento dos resíduos que o navio pretende entregar.

	Unidade	2010	2011	2012
Receção de Resíduos de Navios				
Navios entrados	n.º	961	874	793
Notificações obrigatórias recebidas dos navios	n.º	959	868	792
Percentagem de navios que entregaram notificações	%	99,79	99,66	99,87
Navios que entregaram resíduos	n.º	816	739	695
Navios isentos de entrega de resíduos	n.º	0	3	0
Resíduos				
Resíduos notificados para entrega	m ³	701	555	422
Resíduos efetivamente entregues	m ³	888	805	667
Resíduos retidos a bordo para entrega noutra porto	m ³	4213	4732	2421

No ano de 2010, os resíduos perigosos recolhidos diretamente dos navios por Operador de Resíduos autorizado passaram a ser incluídos nos resíduos detidos pelo porto de Aveiro e, portanto, contabilizados no total de resíduos produzidos. Tal facto justifica o volume significativo de resíduos perigosos de que a APA, S.A. é detentora, representando cerca de 50% do total de resíduos listados na tabela.

Verifica-se que a situação manteve-se quase inalterada nos últimos 3 anos, em que cerca de 85% dos navios deixaram resíduos no porto de Aveiro. Contudo, verifica-se uma redução da quantidade de resíduos entregues, com uma redução de cerca de 25% em 2012, face ao volume de resíduos entregue em 2010.

A quantidade de resíduos que os navios mantêm a bordo para entrega noutra porto é considerada significativa, resultando dos volumes de hidrocarbonetos (lamas, águas oleosas, óleos usados e slops) que os Navios armazenam nos tanques destinados a este efeito e que recolhem quando o tanque atinge cerca de 70% da sua capacidade máxima no porto em que escalam.

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Importa ainda salientar que, devido à entrega livre de resíduos sólidos urbanos até ao limite de um metro cúbico, incluindo as frações recicláveis, tais como plásticos, papel e cartão, vidro, pilhas e baterias, muitos destes resíduos não estarão a ser contabilizados diretamente para efeitos estatísticos. Assim, julga-se que o número de navios a deixar este tipo de resíduos no Porto, embora em pequenas quantidades, deverá estar muito próxima da totalidade de navios entrados.

		tonelada		
		2010	2011	2012
Tipo de Resíduos	Destino			
Resíduos não perigosos (resíduos sólidos urbanos e similares, incluindo resíduos industriais banais)	Eliminação - Aterro sanitário ou aterro para RIB	481	322	322
Resíduos Não Perigosos (resíduos de madeira, sucata, plásticos da operação portuária, redes de pesca, óleos e gorduras alimentares, papel, etc.)	Reciclagem	66	100	47
Resíduos Perigosos (resíduos sólidos contendo hidrocarbonetos - materiais filtrantes, desperdícios, etc., óleos de porão, telhas de fibrocimento)	Eliminação	467*	420	363
Resíduos Perigosos (equipamentos elétrico e eletrónico, lâmpadas fluorescentes, toners, pilhas e acumuladores, pilhas de chumbo/baterias, óleos lubrificantes usados, solventes, filtros de óleo)	Reciclagem	3	1	3

(*) Os resíduos recolhidos dos navios passaram a ser incluídos nos resíduos da APA, S.A.

No que respeita aos restantes resíduos, continua a garantir-se a elaboração dos Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e respetivo acompanhamento durante o decurso das obras/empreitadas.

Continua ainda a promover-se a remoção de embarcações e equipamentos obsoletos, garantindo o seu encaminhamento para Operadores de Resíduos Autorizados. Em 2012, destaca-se ainda a limpeza das áreas de antigos estaleiros com remoção dos resíduos abandonados por terceiros e do solo contaminado com hidrocarbonetos.

A APA, S.A. mantém o enfoque na separação e encaminhamento dos resíduos, viabilizando, sempre que possível, a sua valorização. No total de resíduos encaminhados para valorização, conforme valores indicados no quadro, incluem-se sucatas, madeiras, plásticos (da operação portuária, redes de pesca e embalagens), papel e cartão, vidro, óleo alimentar usado, pilhas, baterias ácidas de chumbo, tinteiros e toners, resíduos de solvente, óleos lubrificantes usados, lâmpadas, equipamentos elétricos e eletrónicos obsoletos, veículos em fim de vida, pneus usados, filtros de óleo, óleos de porão, águas oleosas e slops com hidrocarbonetos provenientes de navios, entre outros.

No âmbito da responsabilidade social da empresa, a APA, S.A. participou na campanha de recolha de pilhas promovida pela Sociedade gestora - Ecopilhas, a favor do Instituto Português de Oncologia, e para a qual contribuiu toda a comunidade portuária. Procede também à entrega de tinteiros usados à AMI - Assistência Médica Internacional.

As frações recicláveis dispostas em ecoponto urbano, tais como, embalagens de plástico e de metal, papel e cartão, vidro, são recolhidas pela empresa intermunicipal (ERSUC) responsável pela sua gestão nos municípios da região Centro, pelo que não é possível quantificar estes resíduos.

Relativamente às frações destinadas a eliminação, estas incluem os resíduos sólidos urbanos ou equiparados, as lamas de ETAR, bem como alguns resíduos perigosos, de que são exemplo, alguns hidrocarbonetos provenientes dos navios, as embalagens e os materiais absorventes contaminados, os resíduos de alcatrão e de fibrocimento e alguns resíduos de material elétrico.

Salienta-se que a produção anual de resíduos resultantes da exploração portuária é variável, dependendo da quantidade de mercadorias movimentadas. Contudo, é o tipo de mercadoria que determina a tipologia dos resíduos gerados e, como tal, o respetivo encaminhamento para valorização ou eliminação.



Durante os últimos anos, o porto de Aveiro tem vindo a adquirir contentores de Ecoponto, com design específico para resíduos de navios, de modo a garantir a melhoria e o aumento da capacidade de recolha. Destaca-se que os equipamentos de recolha seletiva urbana não se adaptam à recolha portuária devido à dimensão das entradas destes contentores, pelo que a APA, S.A. em conjunto com o fornecedor desenvolveu um novo modelo.



5.2.2.7. Risco de derrame

Pela sensibilidade da zona envolvente conforme referido no item 5.2.2.3, a APA, S.A. dá especial atenção às questões associadas aos riscos de derrames de hidrocarbonetos ou produtos químicos, situações contempladas no Plano de Emergência Interno do porto de Aveiro.

Assim, a APA, S.A. dispõe de sistemas de contenção e recolha de derrames, bem como exerce uma vigilância contínua sobre os navios que demandam o Porto de modo a garantir a operação em condições adequadas, em particular, dos navios contendo produtos químicos perigosos. No ano de 2012, foram efetuadas ações de manutenção da operacionalidade dos equipamentos de combate a incêndio e à poluição, realização de simulacros e de ações de combate a incidentes/pequenos derrames.

Salienta-se que esta Administração tem vindo a colaborar em diversos projetos de investigação e desenvolvimento com a Universidade de Aveiro e com outras instituições de renome neste domínio, alguns dos quais estão estreitamente relacionados com a prevenção e resposta a derrames por hidrocarbonetos.

De igual modo, mantém através de sondagens periódicas, o conhecimento sobre a movimentação de fundos, e assegura através das dragagens regulares de manutenção dos canais e bacias portuárias, as necessárias condições de segurança e operacionalidade do porto.

5.2.2.8. Conformidade

Através do funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental, a APA, S.A. identifica atempadamente os requisitos legais aplicáveis no intuito de dar cumprimento às diferentes exigências ambientais.

Esta Administração não sofreu qualquer coima ou sanção acessória relativa a incumprimentos da legislação ambiental aplicável.

5.2.2.9. Custos e Investimentos com a Proteção Ambiental

A APA, S.A. afeta anualmente uma verba à gestão ambiental da organização, designadamente, para despesas com a gestão de resíduos, qualidade da água para consumo humano, gestão das águas residuais, monitorização do meio ambiente, entre outros, a que acrescem os custos com investimentos de melhoria ambiental e de formação específica nesta matéria.

Em 2012, esta Administração despendeu cerca de 339 mil euros em proteção e monitorização ambiental, repartidos do seguinte modo: 36 mil euros em otimização energética e de qualidade do ar de edifícios administrativos, em conservação das redes de águas residuais, na aquisição de materiais de combate à poluição e de contentores para resíduos; 257 mil euros em monitorização ambiental e 49 mil euros em ações operacionais de mitigação ambiental (gestão de resíduos, tratamento de águas residuais, entre outros).

No seguimento das ações que têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos, a APA, S.A. continua a desenvolver as ações necessárias ao total cumprimento dos requisitos legais e à melhoria do seu desempenho ambiental.

5.3. Indicadores de Desempenho Social

5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

5.3.1.1. Emprego

5.3.1.1.1. Evolução do Efetivo

Destaca-se em 2012 a diminuição do número de efetivos, de 110 para 108.

A evolução do efetivo, no último triénio, desagregada por género, foi a seguinte:

	N.º de Trabalhadores/as					
	2010		2011		2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
N.º de Trabalhadores/as	79	34	78	32	76	32

5.3.1.1.2. Escalões Etários

No que concerne à distribuição do efetivo por escalões etários, constata-se que desde o ano de 2010 se tem assistido a um aumento progressivo do nível etário médio, de 47,19 no referido ano, para 47,62 em 2011 e 48,60 em 2012. O escalão etário com um maior número de colaboradores/as, é o que compreende as idades de 50 a 54 anos.

	N.º de Trabalhadores					
	2010		2011		2012	
Total	113	100,00%	110	100,00%	108	100,00%
Até aos 24 anos	1	0,88%	1	0,91%	1	0,93%
De 25 a 29 anos	1	0,88%	1	0,91%	1	0,93%
De 30 a 34 anos	4	3,54%	2	1,82%	2	1,85%

	N.º de Trabalhadores					
	2010		2011		2012	
De 35 a 39 anos	10	8,85%	9	8,18%	7	6,48%
De 40 a 44 anos	19	16,81%	19	17,27%	15	13,89%
De 45 a 49 anos	35	30,97%	31	28,18%	30	27,78%
De 50 a 54 anos	27	23,89%	32	29,09%	34	31,48%
De 55 a 59 anos	11	9,73%	9	8,18%	13	12,04%
De 60 a 61 anos	2	1,77%	4	3,64%	3	2,78%
De 62 a 64 anos	2	1,77%	2	1,82%	2	1,85%
De 65 ou mais anos	1	0,88%	0	0,00%	0	0,00%

No quadro infra encontram-se plasmados os escalões etários desagregados por género referentes ao ano de 2012.

	N.º de Trabalhadores/as			
	Total	Homens	Mulheres	
Até aos 24 anos	1	1,32%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	0	0,00%	1	3,13%
De 30 a 34 anos	0	0,00%	2	6,25%
De 35 a 39 anos	3	3,95%	4	12,50%
De 40 a 44 anos	10	13,16%	5	15,63%
De 45 a 49 anos	23	30,26%	7	21,88%
De 50 a 54 anos	27	35,53%	7	21,88%
De 55 a 59 anos	9	11,84%	4	12,50%
De 60 a 61 anos	2	2,63%	1	3,13%
De 62 a 64 anos	1	1,32%	1	3,13%
De 65 ou mais anos	0	0,00%	0	0,00%

5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração

5.3.1.2.1. Regime laboral

O regime laboral dos/as colaboradores/as das Administrações Portuárias encontra-se consagrado em diploma próprio, designado por Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de outubro.

O EPAP abrange assim todos/as os/as colaboradores/as, nomeadamente os que transitaram de anteriores administrações portuárias e juntas autónomas, bem como do ex - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, com exceção do pessoal técnico de pilotagem que detém um Estatuto próprio.

De realçar que os/as colaboradores/as contratados/as em data anterior a 1999 mantiveram a natureza do seu vínculo e regime de aposentação (regime jurídico da função pública) sendo

todas as admissões, a partir de outubro 1999, realizadas ao abrigo do regime jurídico do contrato individual de trabalho.

Em tudo o que não se encontra regulado no EPAP aplica-se, supletivamente, o regime do contrato individual de trabalho (n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de outubro), pelo que este Estatuto constitui assim um normativo de transição para a adoção plena do regime do contrato individual de trabalho.

O EPAP encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 364/2000, de 23.06, 345/2001, de 06.04, 218/2002, de 12.03, 577/2003, de 16.07, 1182/2004, de 14.09 e 1146/2005, de 08.11, 778/2006, de 09.08, 849/2007, de 07.08, 270/2008, de 09.04 e 653/2009, de 16.06.

Ao pessoal técnico de pilotagem (pilotos) aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março e ao pessoal técnico de pilotagem oriundo do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), não abrangido pelo EPAP, aplica-se, embora muito residualmente, o Decreto-Lei n.º 361/78, de 27 de novembro.

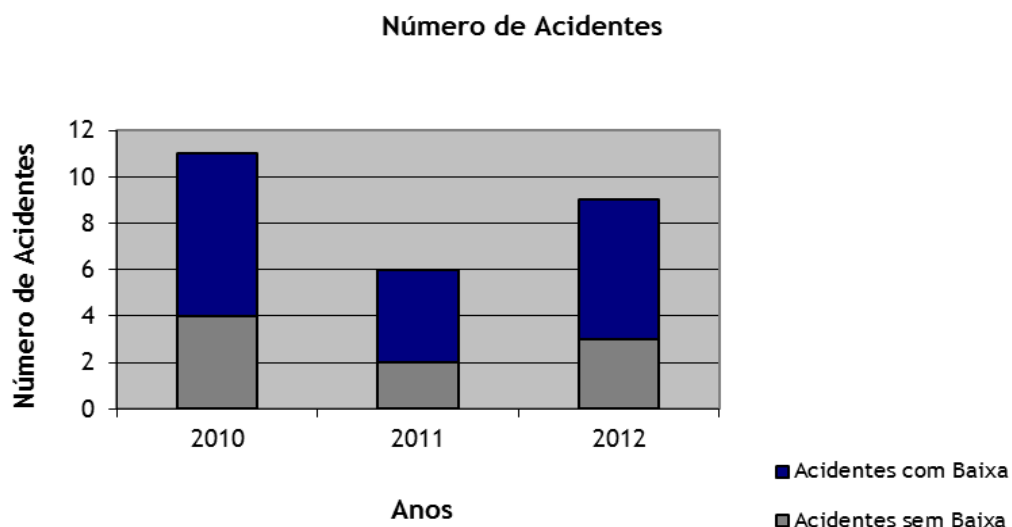
Ao pessoal técnico de pilotagem contratado para o exercício de funções na APA, S.A. após 22 de outubro de 1999, é aplicável o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias.

No que concerne ao regime laboral dos pilotos, haverá que atender, de igual forma, ao disposto na Portaria n.º 638/99, de 11.08, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 217/2002, de 12.03, 344/2001, de 06.09, 1186/2004, de 15.09 e 1139/2005, de 07.11, 779/2006, de 09.08, 850/2007, de 07.08, 271/2008, de 09.04 e 652/2009, de 16.06.

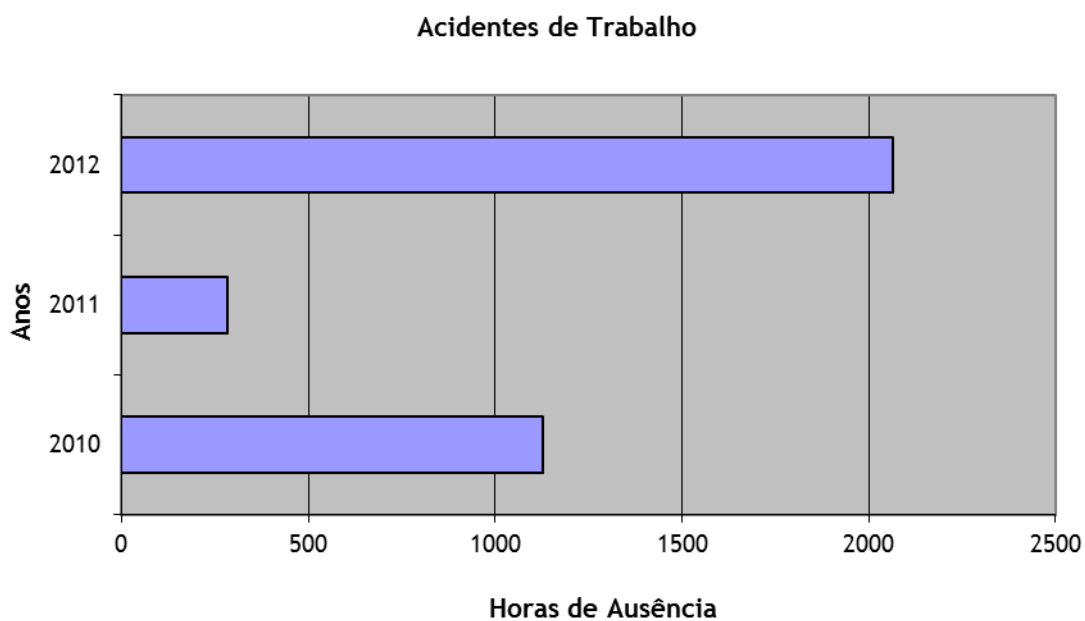
5.3.1.2. Segurança e Saúde no Trabalho

5.3.1.2.1. Acidentes de Trabalho

De 2011 para 2012, destaca-se um aumento do número de acidentes, de 6 para 9, 6 dos quais originaram baixa.



No gráfico infra, encontra-se patente a evolução do número de horas de ausência motivadas por acidente em serviço, de 2010 a 2012.



Realça-se, que o número de horas de ausência por acidente em serviço, em 2012, aumentou quando comparado com os anos de 2010 e 2011.

A maioria dos acidentes que originaram baixa concentraram-se no intervalo intermédio de ausência, 4 a 30 dias, conforme se encontra plasmado no quadro infra.

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Intervalo Temporal / Anos	2010	2011	2012
1 a 3 dias	0	0	0
4 a 30 dias	4	4	4
Mais de 30 dias	3	0	2
Total	7	4	6

5.3.1.2.2. Taxa de Absentismo

Da análise ao quadro infra, constata-se um ligeiro aumento da taxa de absentismo quando comparado com os anos anteriores, justificado pelo aumento das horas de ausência.

Indicadores	2010	2011	2012
1. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	230.009	226.488	215.689
2. Absentismo (horas de ausência)	4.398	2.362	5.693
Taxa de Absentismo (2:1x100)	1,91%	1,04%	2,64%

Os principais motivos de ausência, que estão na origem do absentismo, encontram-se plasmados no quadro infra.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2010	2011	2012
Total	4.398	2.362	5.693
Acidente de trabalho	1.127	284	2.064
Doença	2.237	1.954	1.690
Assistência inadiável	20	5	97
Maternidade / Paternidade	882	35	1.748
Suspensões Disciplinares	0	0	0
Outras Causas	132	84	94

No quadro infra encontram-se plasmados os motivos de ausência desagregados por género referentes ao ano de 2012.

Motivos de ausência	2012	
	Homens	Mulheres
Total	2.259	2.930
Acidente de trabalho	1.896	168
Doença	771	919
Assistência inadiável	52	45
Maternidade / Paternidade	0	1.748
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	44	50

5.3.1.2.3. Formação e Educação

A APA, S.A. aposta na progressiva melhoria do desempenho profissional e pessoal de cada colaborador/a, através da implementação de Planos de Formação focalizados no alcance de objetivos estratégicos empresariais.

O quadro infra representa a evolução do índice de formação, calculado em função da carga horária sobre o total de colaboradores/as por categoria.

	N.º de Trabalhadores								
	2010			2011			2012		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
TOTAL	2.216	113	19,61	4.116	110	37,42	2.091	108	19,36
Dirigentes	265	3	88,33	266	3	88,67	354	3	118,00
Quadros Superiores	1.361	30	45,37	1.219	30	40,63	929	29	32,03
Quadros Médios	18	2	9,00	29	2	14,50	9	2	4,50
Quadros Intermédios	21	8	2,63	92	8	11,50	46	8	5,75
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados	446	53	8,42	2.356	53	44,45	728	52	14,00
Profissionais Semi-Qualificados	42	6	7,00	4	6	0,67	22	6	3,67
Profissionais não Qualificados	63	11	5,73	150	8	18,75	3	8	0,38

1 - Carga Horária total de formação

2 - Total de empregados por categoria

3 - Índice de formação (Carga Horária / Total de empregados por categorias)

Da análise ao quadro supra apresentado, constata-se em 2012, um decréscimo da carga horária do total de formação, quando comparado com os dois anos anteriores, o que se repercute na diminuição do índice de formação.

Destaca-se no entanto, e à semelhança de 2011, o facto de em 2012 um grupo de colaboradores do Departamento de Pilotagem ter-se deslocado a Gijon por forma a dar continuidade ao Curso de Manobras com Rebocadores para Pilotos, com uma carga horária de 30/h por colaborador.

De realçar ainda que a formação supra mencionada decorre do cumprimento do Protocolo de Cooperação entre o *Centro de Seguridad Marítima Integral Jovellanos, Sociedad de Salvamento Y Seguridad Marítima* e a APA, S.A., celebrado a 9 de maio de 2008.

Manteve-se a participação dos 6 elementos do VTS no curso de inglês promovido pela *Wall Street Institute*.

De salientar complementarmente, a realização da formação em ISPS dirigida aos/às colaboradores/as que integram os diversos núcleos de intervenção nos termos do Plano de

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Proteção do Porto. A formação permitiu dar a conhecer aos/às formandos/as as principais práticas e procedimentos de proteção, bem como, demonstrar quais as interações das suas atividades com o plano de proteção.

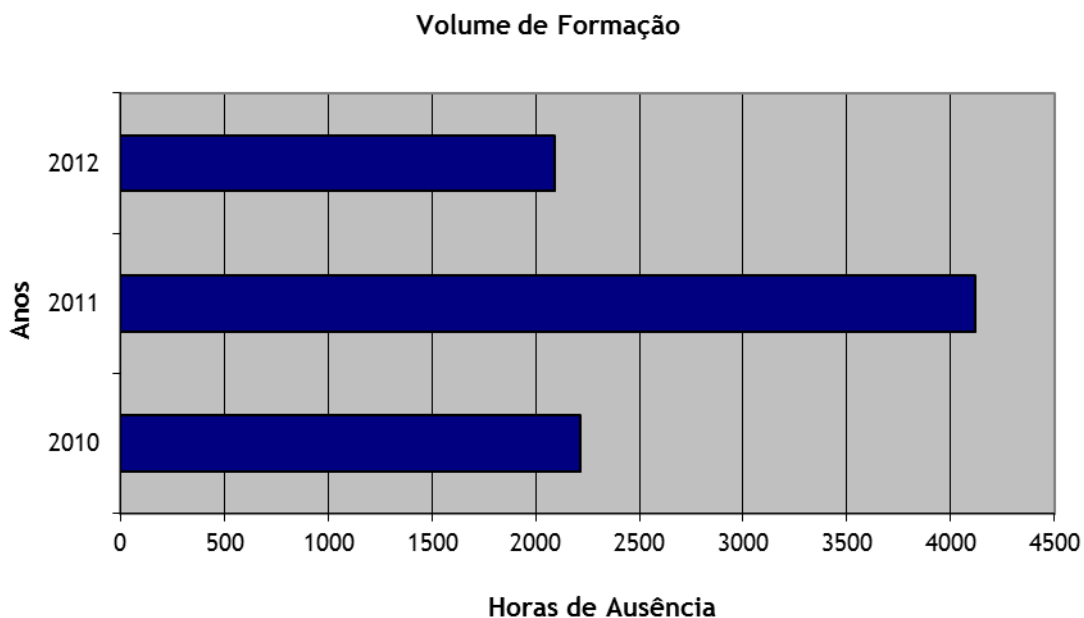
Por fim, é relevante mencionar a realização de uma formação interna de muito curta duração no âmbito da implementação dos módulos de férias, absentismo e ajudas de custo (*Employee Self Service*).

A evolução do total de horas de formação caracteriza-se da seguinte forma:

Indicadores	2010	2011	2012
Número total de horas de ação de formação	2.216	4.116	2.091
Número de ações	75	82	64
Número de formandos	188	217	221

Da análise ao quadro supra apresentado, constata-se em 2012, um decréscimo do número de ações de formação, abrangendo estas, no entanto, a abranger um maior número de colaboradores/as.

Em termos gráficos, a evolução do volume de formação do efetivo da APA, S.A. desde 2010 até 2012, foi a seguinte:



5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades

5.3.2.1. Por categoria funcional

De 2010 a 2012 verifica-se um decréscimo do número de efetivos, de 113 em 2010, para 110 em 2011 e 108 em 2012.

	N.º de Trabalhadores					
	2010		2011		2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	79	34	78	32	76	32
Dirigentes	3	0	3	0	3	0
Quadros Superiores	19	11	19	11	18	11
Quadros Médios	2	0	2	0	2	0
Quadros Intermédios	6	2	6	2	6	2
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados	41	12	41	12	40	12
Profissionais Semi-Qualificados	6	0	6	0	6	0
Profissionais não Qualificados	2	9	1	7	1	7

5.3.2.2. Por faixa etária

Como se depreende da análise do quadro infra, a maioria dos efetivos encontra-se no intervalo de idades entre os 30 e 50 anos.

	N.º de Trabalhadores					
	2010		2011		2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	78	34	78	32	76	32
Abaixo de 30 anos	1	1	1	1	1	1
Entre 30 a 50 anos	53	20	49	20	41	19
Acima de 50 anos	25	13	28	11	34	12

5.3.3. Direitos Humanos

5.3.3.1. Não - Discriminação

A 19 de novembro de 2008, o Conselho de Administração da APA, S.A. aprovou o Código de Ética desta Administração Portuária, com a finalidade de tornar públicos os valores por que se rege e de entre os quais se destacam a não discriminação e a igualdade de oportunidades.

Por deliberação do Conselho de Administração em sua reunião de 30 de dezembro de 2009 e no seguimento do Despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 6 de novembro de 2009, foi alterada a denominação de Código de Ética para “Código de Ética e de Conduta”, dado este documento já materializar os desideratos propugnados no supra identificado Despacho ministerial.

Com efeito, a APA, S.A. compromete-se, pública e expressamente, a promover o respeito pela igualdade de oportunidades para todos/as os/as seus/suas atuais e futuros/as colaboradores/as. Princípios como a igualdade entre géneros, raças, religião, deficiência física, orientação sexual e política, são inteiramente defendidos pela organização.

Ainda no seguimento da não discriminação, é de realçar a participação em 2010 da APA, S.A. no Projeto Gerir para a Igualdade (NUT III - Baixo Vouga), a convite da AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro.

5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação coletiva

A APA, S.A. não discrimina ou exclui os/as seus/suas colaboradores/as em função destes/as pertencerem a qualquer movimento associativo. Com efeito, 69% dos/as colaboradores/as da APA, S.A. é sindicalizada, encontrando-se representados nesta Administração Portuária, os seguintes sindicatos:

- SNTAP: Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias;
- SOEMMM: Sindicato dos Oficiais e Engenheiros Maquinistas da Marinha Mercante;
- SITEMAQ: Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;
- OFICIAISMAR: Sindicato dos Capitães, Oficiais, Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercantes;
- STE: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

5.3.3.3. Trabalho Infantil

Nos procedimentos de recrutamento e seleção da empresa encontra-se expressamente excluída a possibilidade de recurso ao trabalho infantil.

Mais do que uma imposição legal que resulta da alínea a) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 421/99 de 21 de outubro (não é admitido o recrutamento a trabalhadores/as com idade inferior a 18 anos) a APA, S.A. compromete-se não só a nunca empregar mão-de-obra infantil ou forçada, como não pactuará com tais práticas por parte de terceiros que lhe forneçam produtos ou prestem qualquer tipo de serviços (ponto 4.1.2 do seu Código de Ética e de Conduta).

5.4. Segurança

5.4.1. Plano de Emergência Interno (Safety)

O Plano de Emergência Interno da APA, S.A. está acessível numa plataforma eletrónica *on-line* com permissões de acesso para os utilizadores, permitindo fornecer um conjunto de diretrizes e informações que visam a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos, estruturados de forma a dar resposta rápida e eficiente em situações de emergência. A

plataforma *on-line*, composta por vários módulos, facilita a gestão de emergência, permitindo uma gestão mais eficaz.

Em 2012 teve início a elaboração do Plano de Prevenção e Registos de Segurança da APA, S.A.. Este documento vai permitir fornecer um conjunto de diretrizes e informações que visam a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos, estruturados de forma a garantir preventivamente as condições de segurança nas instalações e atuar proativamente, antes de uma ocorrência. Este Plano será também colocado na plataforma eletrónica *on-line*, proporcionando desta forma uma melhor gestão da prevenção na APA, S.A..

5.4.2. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code

Durante o ano de 2012, foram realizados diversos exercícios de proteção no âmbito do Código do ISPS nas instalações portuárias certificadas. A APA, S.A. em 2012 desenvolveu um programa de formação para todos os seus colaboradores, que têm responsabilidade no âmbito do Plano de Proteção do Porto e das instalações portuárias sob a sua tutela. A formação teve lugar nas instalações desta administração portuária, tendo sido ministrada por uma organização de proteção reconhecida pela Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos.

5.4.3. Controlo do Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro, inaugurado em julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o órgão operacional do *Vessel Traffic Service* (VTS) o qual tem por missão garantir a troca de informação necessária no âmbito da segurança do porto. O serviço VTS colaborando diretamente com o Departamento de Pilotagem monitoriza permanentemente todas as embarcações e navios que demandam o porto de Aveiro.

5.4.4. Segurança e Higiene no Trabalho

A prevenção dos riscos nos locais de trabalho desenvolveu-se, no ano de 2012, com o acompanhamento dos representantes dos trabalhadores para esta área de atuação. No âmbito da Segurança e Higiene do Trabalho foi iniciado em 2012 um programa de renovação das instalações com a construção de novas áreas oficiais, construção de novos balneários, WC e áreas de apoio. Estas novas instalações irão contribuir para uma melhoria significativa das condições de trabalho dos colaboradores do Serviço de Manutenção de Equipamentos e dos colaboradores do Serviço de Coordenação de Operações Portuárias.

6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
1. Estratégia e Análise			
1.1	Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia	6;13	
1.2	Descrição dos principais impactes, riscos e oportunidades	9	
2. Perfil Organizacional			
2.1	Denominação da organização relatora	12	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	13-15	
2.3	Estrutura Operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	16	
2.4	Localização da sede social da organização	21	
2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório	17	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	12	
2.7	Mercados abrangidos	17	
2.8	Dimensão da organização relatora	22	
2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura acionista		NA
2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório		NA
3. Parâmetros para o Relatório			
Perfil do relatório			
3.1	Período abrangido	24	
3.2	Data do último relatório publicado	6	
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	24	
3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo	24	

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
Âmbito e limites de enquadramento do relatório			
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	6;23;35	
3.6	Limite do relatório	6;23;35	
3.7	Limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	6;23;35	
3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint venture</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações		NA
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório	-----	
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações		NA
3.11	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados		NA
GRI CONTENT INDEX			
3.12	Sumário do conteúdo da GRI	61	
Verificação			
3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório		NA
4. Governação, Compromissos e Envolvimento			
Governação			
4.1	Estrutura de governação da organização	26-29	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação também exerça funções de diretor executivo		NA
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do conselho do mais alto órgão de governação		NA
4.4	Mecanismos que permitem a acionistas e funcionários transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	26-29	
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, dos diretores de topo e dos executivos e o desempenho da organização		ND
4.6	Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse		ND

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social		ND
4.8	O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	8-10	
4.9	Processos do órgão de governação, hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	26	
4.10	Processos para a avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social		ND
Compromissos com Iniciativas Externas			
4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma		ND
4.12	Cartas, Princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende		ND
4.13	Participação significativa em associações e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais		ND
4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	29-34	
4.15	Base para a identificação e seleção das partes interessadas a serem envolvidas	29-34	
4.16	Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas		ND
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios		ND
5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho			
Indicadores de Desempenho Económico			
EC1	Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	36-38	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas		ND
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização		NA
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	38-39	

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
Presença no Mercado			
EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes		ND
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes		ND
Impactes Económicos Indiretos			
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>		ND
EC9	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão		ND
Indicadores de Desempenho Ambiental			
Materiais			
EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume		ND
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem		ND
Energia			
EN3	Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária	41-42	
EN4	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária de energia	41-42	
EN5	Total de poupança de energia devido a melhoria na conservação e na eficiência		ND
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas		ND
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas		ND
Água			
EN8	Consumo total de água, por fonte	43	
EN9	Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água		ND
EN10	Percentagem e volume de água reciclada e reutilizada		ND
Biodiversidade			
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	43-45	
EN12	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas		ND

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
EN13	Habitats protegidos ou recuperados		ND
EN14	Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade		ND
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção		ND
Emissões, efluentes e resíduos			
EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso	45-46	
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso		ND
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, assim como reduções alcançadas		ND
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso		ND
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso		ND
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	46-50	
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	46-50	
EN23	Número e volume total de derrames significativos	46-50	
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da convenção de Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional		ND
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de uma forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial		ND
Produtos e Serviços			
EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte		ND
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria		ND
Conformidade			
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	50	
Transporte			
EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários		ND

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
Geral			
EN30	Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo	51	
Indicadores de Desempenho Social			
Emprego			
LA1	Discriminação da mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região	51-52	
LA2	Número total de trabalhadores e respetiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	51-52	
LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial		ND
Relações entre funcionários e administração			
LA4	Contratação coletiva	52-53	
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva		NA
Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional		ND
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região	53-55	
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves	56-57	
LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos		ND
Formação e Educação			
LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções	56-57	
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira		ND
LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento da carreira		ND
Diversidade e igualdade de oportunidades			
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	26;57;58	

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções		ND
Desempenho referentes aos Direitos Humanos			
Práticas de Investimentos e de aquisição			
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluíam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos		ND
HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas		ND
HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação		ND
Não discriminação			
HR4	Número total de casos de discriminação e ações tomadas	58-59	
Liberdade de associação e acordo de negociação coletiva			
HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	58-59	
Trabalho infantil			
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	59	
Trabalho Forçado e Escravo			
HR7	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação		NA
Práticas de Segurança			
HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações		ND
Direitos dos Povos Indígenas			
HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos povos indígenas e ações tomadas		NA
Desempenho social referente à Sociedade			
Comunidade			
S01	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada		ND
Corrupção			
S02	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção		ND
S03	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização		ND

Relatório de Sustentabilidade de 2012


Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção		ND
Políticas Públicas			
S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão		ND
S06	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país		ND
Concorrencial Desleal			
S07	Número total de ações judiciais por concorrência desleal antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados		ND
Conformidade			
S08	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais		ND
Desempenho referentes à responsabilidade do produto			
Saúde e Segurança do Cliente			
PR1	Ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos		ND
PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado		ND
Rotulagem de produtos e serviços			
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos		ND
PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários, relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado		ND
PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente		ND
Comunicações e Marketing			
PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio		ND
PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado		ND
Privacidade do cliente			
PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes		ND
Conformidade			
PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços		ND

NA - Indicador não aplicável à organização

ND - Indicador cuja informação não se encontrava disponível para a elaboração deste relatório

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Nível de Aplicação do GR

	C	C+	B	B+	A	A+
Auto declaração		----	----	----	----	----
Verificado por entidade externa	----	----	----	----	----	----
Verificado pelo GRI	----	----	----	----	----	----

7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores

7.1. Glossário

Arqueação Bruta (GT) - Medida do volume total de uma embarcação.

Ausências - referem-se a qualquer tipo de não comparência a um período normal de trabalho a que o colaborador está vinculado.

Biodiversidade - conceito que abrange a variedade das espécies biológicas, a diversidade genética numa dada espécie e a diversidade dos ecossistemas.

Carga fracionada - carga apresentada em avulso, acondicionada em embalagens (ou não).

Carga geral - carga acondicionada em unidades avulsas (exemplo: caixotes) podendo ser posteriormente contentorizada.

Carga Ro-Ro - carga que se encontra acondicionada em reboque ou semirreboques que entra ou sai do navio que a transporta por mar.

Diuturnidades - são uma forma de remunerar o tempo de serviço numa dada categoria, no pressuposto que essa permanência constitui uma mais-valia de experiência e de produtividade, que deve ser compensada.

Frações recicláveis - grupos de resíduos recolhidos separadamente e passíveis de serem reaproveitados, mediante transformação, permitindo a sua utilização para o fabrico de novos materiais.

Granéis - carga que, possuindo características uniformes, não é suscetível de contagem unitária e não se apresenta embalada.

Hinterland - zona de influência em toda a área industrial e comercial interior ligada ao porto e por ele servida.

Não-Conformidade - Não cumprimento de um requisito legal.

Reputação duvidosa - Não assegurar o cumprimento das obrigações fiscais e com a Segurança Social por parte dos fornecedores a quem são adjudicados fornecimentos de bens e serviços.

Terminal - instalações especializadas para a movimentação de cargas, passageiros, contentores, etc.

Partes interessadas - entidades, individuais ou coletivas, que de alguma forma afetam ou são afetadas pelo desempenho da organização.

PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Z.H. - Zero Hidrográfico - Plano de referência situado a 2 metros abaixo do nível médio do mar.

7.2. Critérios de cálculo

7.2.1. Indicadores Económicos

Autonomia Financeira - rácio que possibilita verificar a percentagem do ativo que se encontra a ser financiado pelos capitais próprios, resulta do quociente entre os capitais próprios e o ativo total líquido.

Resultado Líquido - resulta da soma do Resultado Operacional, Financeiro e Extraordinário, deduzido do Imposto sobre o Rendimento, fazendo a ligação entre o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Resultado Operacional - Resultado gerado pela atividade principal da empresa, sendo obtido pela diferença entre as prestações de serviços e os custos operacionais (custos com o pessoal, amortizações, fornecimentos e serviços externos, entre outros)

7.2.2. Indicadores Ambientais

Consumo de energia - foram somados os consumos diretos - combustível (gasóleo e gasolina) da APA, S.A. e calculados os consumos indiretos, através da medição da energia fornecida pela EDP, ainda que parte desta tenha sido distribuída aos diferentes utilizadores da área portuária e, portanto, não diretamente consumida pela organização.

Total de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) - a partir dos consumos de energia obtidos foram calculadas as emissões equivalentes de CO₂, tendo por base as “orientações para a monitorização e a comunicação de informações relativas às emissões de gases com efeito de estufa”, publicadas na Decisão da Comissão de 2007/589/CE, de 18 de julho, e a partir do fator nacional de emissão para a eletricidade gerada, constante da portaria n.º 63/2008 de 21 de janeiro.

Consumo de água - índice calculado com base nas medições totais dos contadores dos diferentes furos próprios de captação de água para consumo humano, bem como nas leituras dos contadores

da entidade gestora intermunicipal da água. Os consumos de terceiros foram obtidos através das leituras dos respetivos contadores e o consumo da APA, S.A. foi estimado pela diferença entre o volume total e os consumos de terceiros. Não foram considerados os consumos de água para emergência, provenientes de furos de captação com água salobra e sem utilização regular.

Resíduos - as quantidades de resíduos foram calculados com base nas quantidades removidas no ano. Os resíduos foram divididos em resíduos perigosos e não perigosos, conforma a classificação constante da Lista Europeia de Resíduos. Dentro destas categorias, os resíduos foram ainda separados em função do destino final - eliminação ou reciclagem.

Risco de derrame - este indicador é definido em função do grau de significância dos derrames ocorridos e dos efeitos no meio recetor adjacente. De modo a classificar os derrames que ocorreram, recorreu-se às definições constantes da Resolução do Conselho de Ministros 25/93, de 15 de abril, designadamente, dos graus de prontidão e das entidades responsáveis pela atuação em função do grau definido. Os derrames de 2009 a 2011 foram classificados como 4.º grau de prontidão, pequenos derrames de âmbito muito localizado, de impactes reduzidos e combatidos com os meios locais.

7.2.3. Indicadores Sociais

Taxa de Absentismo - Corresponde a todas as ausências (exceto férias e licenças), e é determinada pela percentagem do número total de faltas relativamente ao número de dias úteis de trabalho, num determinado período de tempo.

Índice de formação - quantifica a carga horária de formação (cursos organizados que visam a aquisição de conhecimentos e aptidões exigidos para o exercício de funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões em qualquer atividade económica), pelo total de trabalhadores por categoria.

Evolução do Efetivo - Evolução do número do efetivo ao longo dos últimos três anos.

Efetivo por categoria funcional - Corresponde à repartição dos efetivos por categoria funcional.

Acidentes de Trabalho com baixa - Corresponde à soma dos acidentes de trabalho que implicaram baixa médica. Estão contemplados três intervalos de baixa médica, de 1 a 3 dias, de 4 a 30 dias e mais de 30 dias.

Acidentes de trabalho sem baixa - Resulta da soma dos acidentes de trabalho que não implicaram baixa médica, ou incapacidade.

Relatório de Sustentabilidade de 2012

Efetivo por faixa etária - evolução do número de efetivos por faixa etária durante os três últimos anos. São consideradas três faixas etárias, inferior aos 30 anos, entre os 30 e 50 e superiores aos 50 anos de idade.

Motivos de ausência - identificação da quantidade de ausências por motivos que estão na origem do absentismo, comparando-os com os últimos três anos em análise. São contemplados alguns motivos, como acidentes de trabalho, doença, doenças profissionais, suspensões disciplinares, assistência inadiável, maternidade / paternidade e outras causas.